

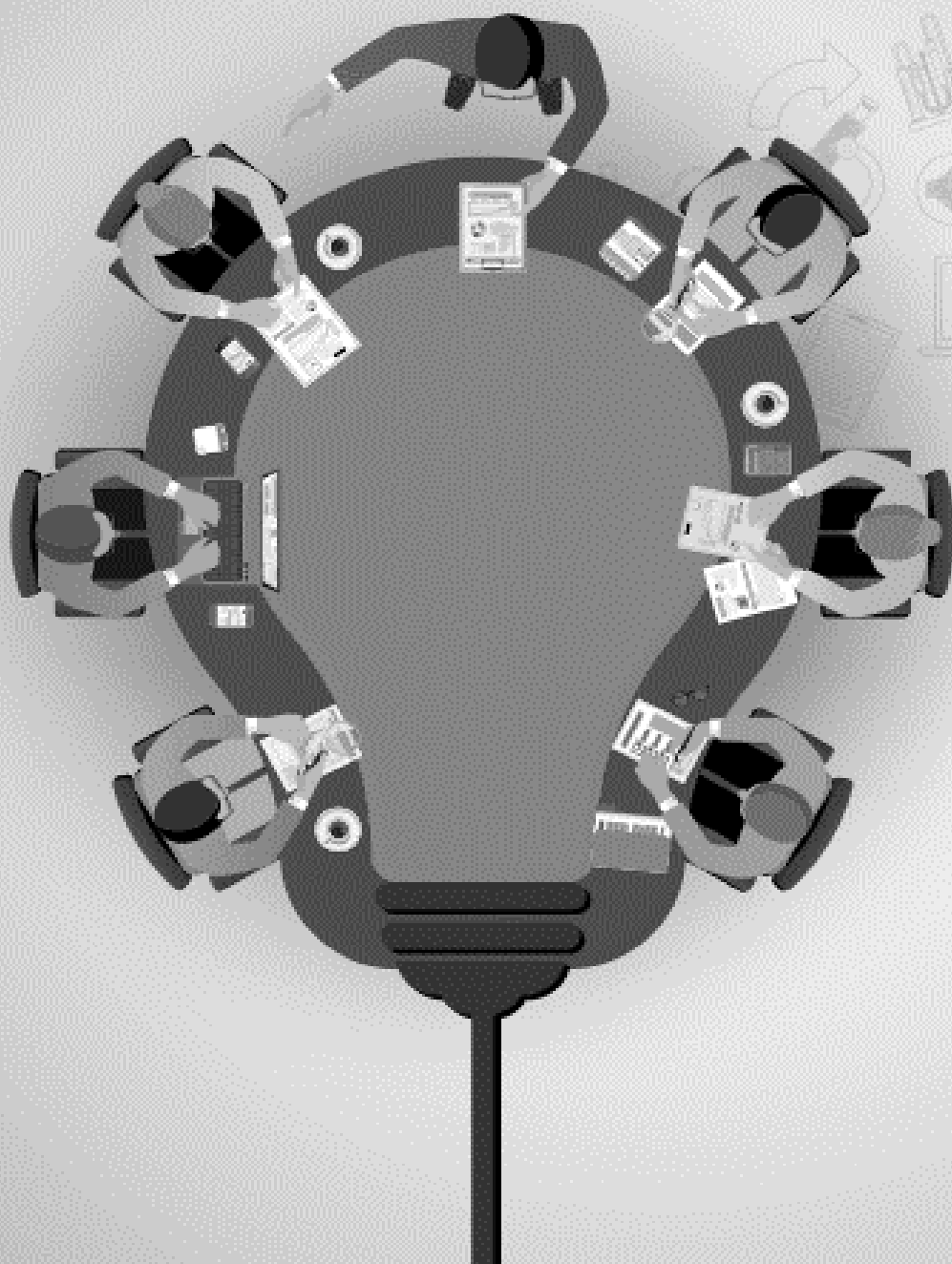
RELAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO NA PERSPECTIVA DA TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NO MERCADO DE TRABALHO

CLÉSIA SILVA DIAMANTINO



RELAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO NA PERSPECTIVA DA TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NO MERCADO DE TRABALHO

CLÉSIA SILVA DIAMANTINO



© 2022 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Autora

Clésia Silva Diamantino

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537r Diamantino, Clésia Silva
Relação entre Ensino Médio e Técnico na Perspectiva da Trajetória
Estudantil no Mercado de Trabalho / Clésia Silva Diamantino. –
Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2022. 106 p. : il.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84525-23-8
DOI: 10.5281/zenodo.6829127

1. Ensino Médio. 2. Ensino Técnico. 3. Perspectivas. 4. Trajetória
Estudantil. 5. Mercado de Trabalho. I. Diamantino, Clésia Silva. II. Título.

CDD: 372.011
CDU: 377/37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2022/07/relacao-entre-ensino-medio-e-tecnico-na.html>



**RELAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO NA PERSPECTIVA
DA TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NO MERCADO DE TRABALHO**

Clésia Silva Diamantino

APRESENTAÇÃO

O livro *“Relação entre ensino médio e técnico na perspectiva da trajetória estudantil no mercado de trabalho”* é um estudo realizado por Clésia Silva Diamantino, egressa do Instituto de Educação Superior Kyre’ỹ Sãso.

Nessa obra, a autora descreve os entraves na implementação e a aplicação do Programa Mediotec, reflete sobre a concepção de Educação Profissional do Mediotec na perspectiva dos professores e a trajetória dos alunos oriundos do Mediotec e sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, ela destaca a mudança filosófica da BNCC que atribuiu às escolas de Ensino Médio mais uma função, sem o aparato técnico obrigatório para o sucesso do novo Ensino Médio.

No primeiro momento, para contextualizar a temática em estudo, a autora apresenta o marco histórico da educação profissional de jovens e adultos no Brasil. Além disso, apresenta o processo de implantação dos cursos técnicos nas escolas estaduais, destacando assim, o papel do governo na formação técnico-profissionalizante. Uma formação profissional garantida na LDBEN precisa apresentar as condições para as escolas.

No segundo momento, a autora aborda sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e a relação com o trabalho com o intuito de apresentar o objetivo principal dessa política e o real acesso. Por conseguinte, reflete sobre MedioTec, destacando as suas perspectivas, os seus desafios e a aplicação na atualidade.

No terceiro momento é apresentado uma análise sobre a implementação e aplicação do Programa Mediotec no Ensino Médio, na cidade de Lençóis-BA. Nesse caso, a autora realizou uma pesquisa em uma Escola de Ensino Médio estadual, na cidade de Lençóis, Bahia, observando alguns aspectos e documentos da escola, tais como: organização do ensino, o currículo e Projeto Político Pedagógico – PPP.

Portanto, convido-os a conhecer melhor esta obra, na qual a pesquisadora Clésia faz uma abordagem pertinente a relação entre o ensino médio e técnico na perspectiva da trajetória estudantil, destacando diversos pontos essenciais para compreender melhor sobre esse sistema.

Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	11
CAPÍTULO II. MARCO TEÓRICO.....	17
CAPÍTULO III. MARCO METODOLÓGICO	51
CAPÍTULO IV. MARCO ANALÍTICO	61
CONCLUSÃO	98
RECOMENDAÇÕES	100
REFERÊNCIAS.....	102
A AUTORA.....	106

INTRODUÇÃO

Introdução

O ensino profissionalizante nas escolas de Ensino Médio regular é um tema muito recorrente nas discussões de diversos autores e profissionais da educação, e também do MEC, na atualidade.

A profissionalização está sendo vista como salvação do ensino dos jovens, como uma ferramenta que irá permitir o progresso, inovar o ensino médio, e evitar as evasões escolares. Profissionalizar os jovens em idade escolar, além de influenciar na formação do educando, contribui na preparação para a vida futura, tornando-os mais atuantes e envolvidos com a sociedade, desde quando são motivados.

Nessa perspectiva, os cursos não podem ser apenas ilustrativos, ou assistencialistas, meramente para ocupar um horário nas escolas como ensino integral, ou amenizar as diferenças de classes, mas incentivar uma mudança de pensamento, atitude e ação, em uma sociedade capitalista, que cobra cada vez mais cedo, a participação do jovem no mercado de trabalho.

O ensino profissionalizante estimula o crescimento e o desenvolvimento pessoal, a iniciativa individual, favorecendo o crescimento e o progresso social e econômico dos jovens e de uma sociedade. Estimula o jovem a ocupar os espaços de poder econômico, social, cultural, dando outro sentido e visão a uma sociedade.

Além de ser uma nova oportunidade de ascensão socioeconômica para uma nova classe da sociedade, é preciso entender que no contexto geral, uma formação profissionalizante garantirá a identidade cultural e impedirá o êxodo urbano dos jovens, e o surgimento de futuros empreendedores, principalmente na cidade de Lençóis, Bahia.

Pela relevância do tema na atualidade, que se pretende contribuir nessa discussão educacional através dessa dissertação, como mais uma possibilidade de discussão da educação técnica profissionalizante no Ensino Médio.

Com o objetivo de servir de subsídio para o entendimento da implantação de políticas educacionais e formação técnico-profissionalizante na escola estadual de Ensino médio na cidade de Lençóis, que essa pesquisa foi dividida em capítulos, em que esclarecessem sobre o programa MedioTec, o que é o programa, sua implantação na escola, as concepções do curso técnico tanto dos professores quanto dos estudantes, além dos resultados obtidos com as formações ofertadas.

No capítulo que abre esta pesquisa, trata-se dos problemas de investigação, formulação do problema, justificativa, dos objetivos, das variáveis, das hipóteses, enfim, trata-se das etapas do projeto para desenvolver uma pesquisa científica.

O capítulo seguinte, Marco Teórico, faz um breve histórico do programa da Educação de Jovens e Adultos, do processo de implantação de cursos técnicos nas escolas estaduais, além de falar de outros programas do governo de formação profissional, como o Encceja, Pronatec, MedioTec e o Sistema S de formação profissional.

Na sequência, o Capítulo Marco Metodológico, explica a área, a população e amostra, os instrumentos de recolhimento de dados. Ou seja, fala do processo e do público pesquisado dos métodos de investigação para se chegar aos resultados obtidos e apresentados na pesquisa.

Por último, o quarto capítulo, Análise e discussão dos resultados, fala dos entraves na implantação do Programa MedioTec na cidade de Lençóis, faz uma análise dos métodos de investigação como o questionário, o relatório e a entrevista, fala das concepções da educação profissional dos professores, e por fim, fala da trajetória dos estudantes oriundos do MedioTec e sua inserção no mercado de trabalho.

A formação de um cidadão é tema importante para a sociedade. A formação profissional permite uma inserção qualificada do jovem na sociedade através do mercado de trabalho. E é também na formação profissional que ele irá desenvolver sua cidadania, sua participação social. O jovem precisa ter uma formação completa.

Para contribuir no debate educacional, que é constante, foi pensada essa pesquisa, como motivação para ampliar as discussões e propostas para uma sociedade melhor, que perpassa sempre por uma educação de qualidade.

Capítulo I
PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO I. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Diante das constantes evasões escolares, baixa qualidade dos resultados das avaliações dos estudantes do Ensino Médio na cidade de Lençóis, questiona-se o que levou os especialistas incluírem na Base Nacional Comum Curricular a obrigatoriedade de cursos técnicos profissionalizantes para esse público, além de julgar essa formação uma solução para a má qualidade do ensino regular.

Outra questão que merece uma investigação é a obrigatoriedade dos cursos profissionalizantes para estudantes com idade compatível com o nível médio, incentivando uma ocupação do mercado de trabalho cada vez mais cedo.

1.2. JUSTIFICATIVA

Quando se fala em educação profissional, o que se vê na prática é a separação entre educação regular e uma formação profissional. Uma prática comum nas escolas, principalmente de Ensino Médio é não unir os sistemas intelectual e o sistema formativo técnico.

Essa separação causa um desconforto nos profissionais das escolas convencionais, pois não há uma relação, uma interação entre o que se aplica nos cursos técnicos e no curso tradicional. Há uma separação, um distanciamento, como se não houvesse a relação do conteúdo intelectual com o que se aprende nos cursos técnicos.

O que se pode perceber nessa separação entre “educação” e “formação profissional” é um desentendimento por parte dos estudantes, que não conseguem conectar as informações obtidas em ambos os estudos, privilegiando mais o curso técnico, devido à remuneração que este lhes proporciona.

A relação entre educação e trabalho não poderá ser bem-sucedida, se não houver um método claro de aplicação do que se aprende em sala de aula, como que se aplica na prática.

Durante anos de ensino a jovens adolescentes, pôde-se perceber um desgaste muito grande no ensino, um “desinteresse” nos estudos devido ao trabalho teórico e distanciado da prática. Não há uma relação direta com o que se estuda em sala e o que se aplica no dia a dia, causando esse “desinteresse”, e muitas vezes evasão das

escolas. Destaca-se a palavra desinteresse, pois o que há é uma desmotivação por parte dos estudantes que não vêem sentido em estudar teorias, sendo que o mundo fora das salas de aula é bem mais atraente com as tecnologias que, muitas vezes, as escolas não trabalham, tais como computador, internet, entre outros.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) garante uma educação igualitária para todos, sejam de escola pública ou particular. Porém, os métodos de aplicação da proposta, como se sabe, serão totalmente diferentes. A escola pública não oferece os meios para se alcançarem objetivos pré-traçados pelas escolas que são sucateadas; muitas não têm computadores, bibliotecas físicas, nem virtuais, não têm internet, não têm laboratórios de ciência, nem de informática, muitas escolas na zona rural não têm energia elétrica, abastecimento de água precário, não capacitam os profissionais da área: professores, coordenadores, auxiliares administrativos, diretores, vice-diretores, muitas escolas não têm a menor estrutura física para atenderem aos estudantes. Salas superlotadas, material escolar precário. Esses fatores influenciam na qualidade do ensino.

Será que essa atitude não agravará as desigualdades de classe? Não será um abismo entre o estudo intelectual e o ensino profissional? Os professores terão as mesmas condições e capacitações para desenvolverem as habilidades e competências? Os estudantes terão espaço no mercado de trabalho para aplicarem essas habilidades e competências adquiridas? Como serão desenvolvidos os métodos de aplicação? Um curso técnico precisa estar aliado à teoria. A escola pública atenderá essa demanda? Os estudantes serão atendidos quanto aos cursos solicitados?

A auto avaliação torna-se um importante instrumento para que os estudantes percebam seus rendimentos, não ficando apenas a cargo dos professores atribuírem notas a eles. Isso permitirá uma educação mais significativa. Os estudantes perceberão suas evoluções e seus fracassos. A educação precisa ser compartilhada, até para não causar uma desigualdade entre os estudantes.

O que se propõe é um minucioso estudo e análise crítica do curso Mediotec, focando no aspecto da formação dos jovens para o mercado de trabalho.

A motivação para estudar esse tema é a mudança filosófica da BNCC, atribuindo às escolas de Ensino Médio mais uma função, sem o aparato técnico obrigatório para o sucesso do novo Ensino Médio. Isso traz uma nova perspectiva e expectativa para os jovens, mas na prática, não há uma resposta satisfatória, pois há

muitas falhas no programa, a começar pela seleção dos estudantes e professores dos cursos.

Muito se tem escrito sobre a temática, mas falta uma discussão acerca dos problemas enfrentados pelas escolas que implantaram esses cursos. Pretende-se trazer à luz esse debate, apresentar as propostas ideológicas do governo em maquiar os fracassos escolares e colocar-se ainda como assistencialista.

Debater a implantação dos cursos técnicos nas escolas de Ensino Médio entre as classes docente e discente fará com que os estudantes, principais sujeitos do debate, analisem as ideologias por trás dessas “inovações” da educação pública, reflitam sobre os objetivos dessas implantações, quem será mais beneficiado com elas.

A proposta principal desse projeto é fazer com que os jovens se percebam sujeitos, cidadãos sociais, culturais, políticos, seres ativos e críticos no processo de mudança na qualidade do ensino, autores do saber.

1.3. PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Como um Programa de Governo de ensino técnico profissionalizante, que não apresentou debates ou projeto de implantação e de formação dos profissionais de educação pode resolver o problema de evasão e baixa qualidade do ensino médio?

1.3.1. Geral

Como está a demanda de ocupação dos jovens no mercado de trabalho, após a capacitação do programa Mediotec?

1.3.2. Específicos

- O Ensino técnico profissionalizante permitiu um maior interesse no estudo por parte dos estudantes?
- O ensino técnico profissionalizante reduziu a evasão e qualificou o ensino médio?
- O programa MedioTec atende a demanda de formação técnico-profissionalizante das escolas de ensino médio?
- O mercado de trabalho absolve a mão-de-obra qualificada pelo programa MedioTec?

- Como o programa de governo, de ensino técnico profissionalizante, que não apresentou debate em sua proposta de implantação e de formação de profissionais de educação pode resolver um problema de evasão e baixa qualidade no ensino médio?

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Geral

Analisar a relação entre ensino médio e técnico na perspectiva da trajetória estudantil no mercado de trabalho.

1.4.2. Específicos

- Descrever os entraves na implementação e a aplicação do Programa Mediotec no Ensino Médio, na cidade de Lençóis - BA.
- Detalhar a concepção de Educação Profissional do Mediotec na perspectiva dos professores.
- Avaliar a trajetória dos alunos oriundos do Mediotec e sua inserção no mercado de trabalho.

1.5. HIPÓTESES

- O Programa Mediotec não atendeu às expectativas dos jovens, das escolas e nem da sociedade.
- Os jovens entendem que estudar nos cursos de Ensino Técnico profissionalizante terão atividades apenas técnicas, práticas, sem a teoria.
- Os jovens acreditam que irão ingressar no mercado de trabalho, assim que concluírem o curso no Ensino Médio.

1.6. VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa será desenvolvida com estudantes, homens e mulheres, do 2º e 3º Ano do Ensino Médio, na faixa etária dos 15 aos 22 anos de idade, e com Professores e Coordenadores, na cidade de Lençóis. O público atendido pertence à classe de baixa renda, sua maioria expressiva, estudantes que participam do programa Bolsa família. Jovens que já têm experiência no mercado de trabalho, e jovens que pretendem ingressar.

Capítulo II
MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO II. MARCO TEÓRICO

2.1. Marco histórico da Educação Profissional de Jovens e Adultos no Brasil

Há muitos anos, acredita-se que o trabalho associado à educação fará uma mudança positiva na sociedade.

Desde 1999, que o objetivo geral do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador- PLANFOR, era ofertar qualificação profissional de forma a qualificar anualmente a partir de 1999, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, evitando assim, o desemprego estrutural, através da busca de obtenção de trabalho principalmente para a população em situação mais vulnerável no mercado de trabalho, visando elevar a renda, a competitividade, a produtividade e a permanência no mercado de trabalho dos trabalhadores, ou seja, de forma a promover a empregabilidade (BULHÕES, 2004, Fonseca, 2017, p.122).

A intenção do programa visava apenas a empregabilidade, o investimento em um tipo de educação profissional que atendesse às empresas implantadas no país. A formação não foi pensada para a qualificação intelectual, voltada para outras áreas, senão a mão- de- obra qualificada.

Ainda segundo Fonseca, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, “visa capacitar trabalhadores e elevar sua empregabilidade, contribuindo para sua inserção e reinserção profissional”. (Fonseca, 2017, p.122). E Fonseca, citando Bulhões, diz que há muito tempo que o Brasil busca qualificar os jovens em idade de trabalhar.

A educação intelectual e o protagonismo não eram foco de investimento nem de empresas e tampouco do governo, em colocar a classe menos favorecida em um patamar melhor na sociedade.

Visando um melhor atendimento ao mercado, o Governo Federal propôs formações profissionais que aumentassem a produtividade nas empresas estatais e melhorassem assim a competitividade da economia brasileira, como afirmam os dados do MEC.

Segundo dados do MEC, desde o ano de 2017, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, que o

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) já contava com 5,7 milhões de matrículas, das quais 4

milhões feitas nos cursos de qualificação profissional e 1,7 milhão nos cursos técnicos. “Até o final do ano, vamos chegar aos 8 milhões de matrículas que tínhamos nos comprometido quando lançamos esse programa”, disse.. Os dados apontavam ainda que 60% das matrículas do Pronatec foram feitas por jovens com idade entre 17 e 29 anos o que, segundo ela, mostra que eles veem no programa a oportunidade de melhorar a formação e conseguir um bom emprego. “[Isso] também é ótimo para o Brasil, que precisa, cada vez mais, de técnicos e de trabalhadores qualificados, para aumentar a produtividade nas nossas empresas e a competitividade da economia brasileira”, afirmou. Segundo ela, em 2013, os cursos do Pronatec podiam ser encontrados em 3,2 mil municípios e que, este ano, chegarão a 4,26 mil cidades. (Fonte: Agência Brasil, 2017).

A meta era ambiciosa. Houve um aumento significativo da oferta e da procura pelos cursos técnicos, porém, não se viu em nenhuma plataforma do governo um relatório falando da qualidade e eficácia desses cursos, se realmente houve um progresso e uma transformação na vida dos jovens atendidos. A meta era voltada para a economia e não para melhoria da educação. Essa citação abaixo deixa claro isso.

Ainda segundo o Pronatec, o discurso da Presidenta dizia ainda que

O Pronatec oferece cursos técnicos que podem durar até dois anos, e cursos de qualificação com duração menor, de até quatro meses. Os cursos técnicos são oferecidos para quem está fazendo ou já terminou o Ensino Médio, disse. “Até o final de 2014, estarão em funcionamento mais 208 escolas técnicas federais. Já no início de março, teremos, em funcionamento, mais 151 escolas técnicas”, acrescentou. A presidente informou que o governo fez parceria com o Sistema S, como o Senai e o Senac, para a formação de técnicos nas mais variadas áreas. Nos cursos de qualificação profissional, mais de 4 milhões de trabalhadores fizeram a matrícula para melhorar a capacitação, dos quais 900 mil eram beneficiários do Programa Brasil sem Miséria. “Esse esforço tem sido especialmente importante para a indústria”, disse. Com o Pronatec, o governo oferece mais de 300 mil vagas em cursos em setores considerados estratégicos como petróleo e gás, tecnologia da informação, construção civil, energias renováveis, entre outros. (Brasil, 2017).

Além da melhoria da educação não ser o foco, há outro detalhe nesse discurso: os cursos oferecidos eram voltados às escolas técnicas federais. Depois foi pensado em construir escolas técnicas específicas, ou implantar os cursos nas escolas estaduais de Ensino Médio.

Mas com o passar do tempo, com a baixa na qualidade na educação regular, esses cursos foram sendo implantados nas escolas estaduais, como uma solução para melhorar a qualidade da educação brasileira.

A citação acima faz referência ao sistema S: Senai, Senac, as parcerias celebradas para a formação de técnicos nas mais variadas áreas. Possivelmente essas parcerias deram certo onde foram implantadas. Primeiro pela variedade de áreas, pela qualificação dos profissionais, pela estrutura já consolidada, e pelo reconhecimento de seus cursos pela sociedade.

Na cidade de Lençóis, que foi possível um estudo no ano de 2019, antes da pandemia do Covid-19, a pequena parceria feita entre Senac e o Centro Educacional Renato Pereira Viana - CERPV, apresentou bom resultado, à medida que foi percebida uma participação mais efetiva dos estudantes, confirmando a expectativa do governo e do Pronatec, mas não do Programa MedioTec.

Na formação profissional no século XIX, as áreas de formação atendiam apenas a indústria. As escolas regulares até este momento não eram o foco de atenção do governo. Voltando para o Ensino Médio, o Governo Federal lançou programas prioritários do eixo social, assistencialistas. A formação profissional era vista pelo governo como oportunidade de melhorias para os jovens, entre elas estavam o atendimento da primeira infância, na educação, ciência e saúde, entre outros.

No contexto escolar, já no século XXI, no ano de 2017, o governo propôs então programas como o Programa Inovador (Proemi), o MedioTec, além da aprovação da BNCC- Base Nacional Comum Curricular, com o intuito de melhorar a educação, e implantar escola em tempo integral, que segundo o Governo Federal,

Em educação, um dos principais avanços foi a aprovação da reforma do ensino Médio pelo Congresso Nacional. Segundo dados do Ministério da Educação, a política de fomento a escolas em tempo integral já foi implantada em 525 escolas, com 112 matriculados. O Programa Inovador (Proemi) recebeu a adesão de 8.632 escolas, alcançando 3,1 milhões de estudantes. Outras medidas propostas pelo governo federal para melhorar a educação e a ciência propostas foram a Base nacional Comum Curricular, que deve ser aprovada até dezembro deste ano pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); o MedioTec, para oferecer cursos de ensino técnico no Ensino Médio; e a política para levar banda larga a todas as salas de aula no País até 2022. (Publicado em 02/05/2017. 19h44).

Essa proposta de implantar escola em tempo integral e o ensino técnico no Ensino Médio não atendeu a todas as escolas. Segundo o MedioTec, a escola interessada deveria entrar em contato com o governo e solicitar o programa. Aí já começa uma exclusão por parte do governo. Afinal, se quer realmente qualificar e atender o maior número de jovens, essa decisão de capacitar ou não, não pode ficar a critério da escola, nem do gestor. Assim como fez o PronaTec, o MedioTec também deveria atender a todos os que se interessassem pela formação.

Os programas apresentados não atenderam a todas as escolas, nem a todos os estudantes. Mesmo quando os cursos chegaram a algumas escolas, deixaram a cargo delas escolherem as áreas, que melhor atendessem ao comércio local.

Essa determinação dos cursos serem voltados para o comércio local deixa uma evidência na diferença de atendimento e de aplicação dos cursos profissionalizantes das escolas federais. Os tipos de áreas mais abrangentes, os tipos de cursos, específicos para atenderem um mercado mais amplo e promissor. Enquanto que os cursos ofertados pelas escolas estaduais, são específicos para a localidade dos jovens.

Essa limitação leva a uma discriminação social, pois não permite o jovem ampliar suas possibilidades de escolha e de trabalho. Muitos cursos ofertados pelas escolas estaduais são limitados, não são atrativos para os jovens. Os cursos que despertam interesse neles não foram ofertados, por serem cursos que demandavam um valor alto de investimento pelo governo.

Cabe um questionamento: as escolas federais podem ofertar cursos complexos, de alto custo e as escolas estaduais, não? O que leva o governo fazer essa diferenciação, separando escolas estaduais e federais, investindo nas federais, enquanto as outras ficam com as migalhas?

O Pronatec, como foi explicitado acima, deveria atender exclusivamente ao Governo Federal, possibilitar uma competitividade de mercado na área industrial e melhorar o desempenho do país frente aos demais. Mesmo assim, não abandonou o assistencialismo ao pagar uma bolsa aos participantes. Até mesmo como um incentivo, um chamariz para as áreas específicas. Anos depois, o Pronatec foi aplicado em cidades pequenas, inclusive em Lençóis, porém, através do CRAS-Centro de Referência e Assistência Social, com formação voltada à construção civil.

A exclusão da classe menos favorecida começa por esse fator. Os jovens, principalmente do interior, de classe menos abastada, não têm oportunidade de se

qualificar em outras áreas que não as determinadas pelo governo. O governo determina onde e em que área serão capacitados. Essa escolha de quem vai ou não receber uma educação ou formação de qualidade, reforça a diferença de classes na sociedade. O governo, na teoria, oportuniza uma formação para o jovem, mas por outro lado, delimita o que cada um vai estudar.

Diante disso, Pacheco e Morigi, (2012), afirmam que

[...]continuava-se a colocar a educação profissional como algo menor, ofertada para os pobres. Ainda, quando avançamos nas concepções de tais instituições, verifica-se que sustentavam o princípio de que uns “nasceram destinados” para uma determinada realidade profissional, diferente de outros. Em outras palavras, aos pobres cabiam apenas os limites de se profissionalizarem e ofertar sua força de trabalho aos ricos. (Capítulo 6 de Fábio Azambuja Marçal e Guilherme Brant de Oliveira, Pacheco, Morigi, 2012, p. 92).

O Estado quando não oferta oportunidade igual para todos, e limita o conhecimento, julgando que alguns “nasceram destinados’ a determinada realidade profissional”, só aumenta a diferença e o preconceito de classes na sociedade capitalista. Todos têm capacidade igual. Basta um investimento igualitário para todos.

Outra questão, é que a falta de investimento nos cursos mais relevantes, leva a uma escolha de profissionais de formação inadequada, acarretando uma consequência desastrosa e ineficaz na formação dos futuros profissionais.

Esses futuros profissionais com formação inadequada ou ineficaz, muitas vezes não conseguem ocupar o mercado de trabalho, e quando conseguem, é em uma área incompatível com a formação recebida. Como consequência não faz com que o programa tenha êxito.

Torna-se mais um programa de incentivo social, assistencialista, mas que na prática, só reforça as diferenças sociais. Dessa vez, pior, pois há uma esperança dos jovens pela formação, mas, analisando o desenvolvimento dos cursos, percebe-se que não foram contemplados com formação de qualidade.

Outro aspecto que deve ser observado é a escola em tempo integral, vista como uma inovação e investimento na educação de qualidade, pelo governo. Com o atual modelo de ensino, em que o curso é ofertado em turno oposto ao ensino regular, acarreta um excesso de conteúdo, de atividade, que o estudante não assimila as informações recebidas, não atendendo ao ensino regular, nem ao curso técnico.

Mesmo com programas de qualificar o ensino e colocar cada vez mais cedo o jovem no mercado de trabalho, deve planejar melhor os programas que serão apresentados nas escolas. Deve haver um consenso em ofertar os cursos para aqueles que já concluíram a formação básica, ou para aquele que não chegou a concluir. Isso na prática capacitaria quem já atua no mercado, podendo com isso apresentar melhor resultado, e a educação poder apresentar um avanço.

Para garantir esse ensino profissional em tempo integral, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, diz que a LDB- Leis de Diretrizes e bases, já garante isso sem eu artigo 32, que diz que a Educação Profissional Técnica de nível médio é articulada com o Ensino Médio de forma integrada, na mesma instituição, ou concomitante, na mesma ou em distintas instituições e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio ((LDB, 2013, p. 213/214) (Downloads/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso 03/08/2020, 23:18h).

Se fosse aplicada a última opção teria mais êxito, pois seria uma continuidade do estudo após a conclusão do ensino médio. Outra opção ainda seria ofertar a formação regular e a formação profissional concomitante, deixando a critério do estudante, escolher sua formação, a partir do 2º ano do Ensino Médio.

No primeiro Ano, a escola deve fazer uma formação geral, até para que o estudante faça uma avaliação mais detalhada de qual formação escolher no futuro. Outro aspecto que merece destaque nesse contexto é a formação cidadã, dentro da educação profissional.

Dentro dessa discussão, destaca-se o Mediotec, uma linha de formação profissional mais específica, parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - Pronatec. Esses programas federais são importantes e indispensáveis na construção de uma sociedade educativa cidadã, pelas oportunidades ofertadas, principalmente financeiras. Porém, os programas precisam possibilitar uma formação completa, e não apenas para atender apenas aos seus interesses.

O Mediotec surgiu para garantir a inclusão social de jovens e adultos através da formação profissional no Ensino Médio, além do aumento da escolaridade dos jovens, orientado pela LDB, que garante formações técnicas como afirma em seu artigo 30, que A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e articula-se com o ensino

regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância.

Mesmo garantida na LDB, a formação profissional só foi implantada na cidade de Lençóis no ano de 2017, após mais de 10 anos de solicitação por uma formação profissionalizante. O pedido só foi atendido, após a criação do MedioTec, que diferente do Pronatec, atendia a outras necessidades menos específicas: atender a um mercado mais amplo, devido a carência de profissionais qualificados, em áreas mais comuns.

Outro fator que merece destaque nesse contexto é a importância da formação docente para o ensino profissional dos jovens, diferenciando o ensino regular do profissional. Um ensino sem profissionais qualificados, não garantirá boa formação aos futuros profissionais.

2.2. Processo de implantação dos cursos técnicos nas escolas estaduais

No ano de 2010 foi desenvolvido um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável-PTDS, desenvolvido na cidade de Seabra-Ba, onde foi levantado o potencial de desenvolvimento de cada município do território da Chapada Diamantina.

Foi constatado que prevalece como fonte de renda a agricultura, e em específico, na cidade de Lençóis, o Ecoturismo.

O PTDS foi considerado um importante instrumento no desenvolvimento de políticas públicas, na medida em que mostrou as desigualdades sociais presentes no território, além de delinear caminhos para o crescimento econômico, levando em consideração a preservação do meio ambiente.

Segundo o plano, é importante pensar no desenvolvimento do território de forma sistêmica, buscando desenvolver todos os segmentos da sociedade, em especial aqueles que apresentam potencial, como é o caso do turismo, do ecoturismo e do turismo rural. (PTDS, 2010, p. 29).

Este plano serviu de base para definir os cursos e a área que a escola iria ofertar. Segundo os objetivos do plano,

Por ser uma região turística, abre-se um mercado adequado aos produtos artesanais típicos das comunidades locais, fortalecendo a expressão e afirmação da identidade cultural do Território. É comum

as pessoas que vêm conhecer as riquezas culturais e naturais da Chapada levarem utensílios pessoais ou domésticos e peças de arte que expressem a cultura do território, com suas tradições, folclore e comportamentos. (PTDS, 2010, p. 29).

Seguindo essa lógica de que a cidade tem como área econômica forte o turismo, e reforçando com o objetivo do Mediotec, de levantar o que movimenta a economia da cidade para haver capacitação e formação, foram definidas assim as áreas voltadas para o turismo.

Mas o turismo, como diz o trecho acima, envolve outras áreas que não sejam apenas voltadas a área hoteleira. Como cita o trecho, o potencial turístico envolve a cultura, tradições, folclore e comportamento. O que permite ampliar o leque de possibilidades de formação, principalmente na área artesanal.

O artesanato permite que o jovem, após aprender as técnicas, seja autônomo, independente. Não necessitará de patrão para ter uma fonte de renda. O próprio artesanato poderá dar um sustento ao cidadão. Mas a proposta dos programas não parece ser essa: dar independência financeira ao jovem, torná-lo cidadão independente.

Toda ação e cursos escolhidos são voltados para uma dependência de contratação de mão-de-obra qualificada para atender o mercado de trabalho. O jovem na faixa etária dos 16 aos 20 anos não tem maturidade nem capital financeiro para investir em um negócio próprio no ramo do turismo. Isso o deixa vulnerável a ocupar apenas o que o mercado oferece.

O plano faz uma observação sobre a necessidade de apoios nas atividades rurais agrícolas e principalmente as não agrícolas, pois representam um campo de oportunidades para as famílias rurais e jovens ao suprirem as novas necessidades sociais advindas do processo de desenvolvimento, tais como lazer, educação, transporte e serviços diversos, (PTDS, 2010, p. 29). Esse é aí um dos objetivos estratégicos do plano.

Como se vê, as propostas visam explorar as riquezas locais. A diferença do Plano Territorial e o MedioTec, programas que nortearam a implantação dos cursos técnicos, parece ser a preocupação em capacitar os sujeitos que iriam desenvolver essas formações com o público estudantil.

É importante destacar aqui o papel do governo na formação técnico-profissionalizante. Uma formação profissional garantida na LDB precisa apresentar as condições para as escolas.

A escola também precisa ter um bom projeto pedagógico, e precisa saber o que ela vai ensinar. Qualquer formação demanda um bom planejamento, alto investimento financeiro, ampla discussão acerca do que se quer alcançar, principalmente quando se refere ao estudante do Ensino Médio. Deve-se definir claramente os investimentos do governo, inicialmente.

Dentre as 20 metas do Plano Nacional de educação, aprovado pela Lei n.º 13.005, em 2014, para o período de 2014-2024, em seu artigo 2.º apresenta 10 diretrizes. Serão destacadas aqui as diretrizes IV e V, respectivamente, que dizem: melhoria da qualidade da educação, e formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. (Brasil, 2014b, p. 33. Citado por Vieira, 2016, p. 161).

Como afirma a LDB, é função do Estado possibilitar uma educação de qualidade, uma formação profissional, e para a cidadania.

Mas indo contrário à Lei, o governo criou um programa que terceiriza a responsabilidade para as escolas estaduais, ao afirmar que, primeiro a escola precisa aceitar a formação profissional, e segundo, que precisa apresentar condições estruturais para tal.

Ao mesmo tempo em que o Mediotec terceiriza a formação dos professores para que haja os cursos,

a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação vem, há alguns anos, promovendo estudos e discussões sobre uma política mais ampla de formação de docentes para esta área da educação, que contemple a oferta de formação inicial, as licenciaturas. Como forma de ampliar a participação neste debate de todos os setores interessados e traçar delineamentos que expressem, de forma convergente, as necessidades e demandas neste campo, a Setec/MEC, por intermédio do Departamento de Políticas e Articulações Institucionais, constituiu um grupo de trabalho (GT) para sistematizar as questões referentes ao diagnóstico e às propostas de alternativas. A formação deste GT (Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica) expressa o compromisso assumido pela Setec quando da realização do evento “Simpósio Educação Superior em Debate: Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica”, realizado em setembro de 2006 por esta Secretaria e pelo Inep. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). _ Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 10).

Essa formação específica a certas áreas, sem respeitar as diversidades locais e sociais, torna a capacitação inviável para algumas áreas técnicas. É preciso, antes

de capacitar os professores, fazer um levantamento da área a ser implantado o curso, e o setor econômico desenvolvido no município. Isso garantirá uma especialização mais adequada e específica a cada realidade.

Se em cursos regulares, que não dependem de muitos recursos, não há investimento governamental suficiente, o ensino técnico fica ainda mais difícil ter sucesso, com essa falta de política pública governamental. Ou fica deficitária, a depender da formação, quando esta é ofertada.

É papel do Estado atender as demandas educacionais, aprimorar os cursos técnicos profissionalizantes, capacitar os profissionais da área, investir financeiramente em estruturas física e técnica, na mudança administrativa e estrutural para dar possibilidade de sustentação e manutenção aos programas propostos.

Como afirma Kuenzer, “O acesso para todos, à toda a forma de educação que se desejar, é direito do cidadão e dever do Estado. A adequação da oferta às necessidades do mercado de trabalho é outra questão”. (Kuenzer, 1993, p. 28).

É nesse aspecto que entra a escola, ofertando ao que melhor atenda ao estudante e à sociedade em geral, e não apenas ao mercado interno.

A formação de professores é uma questão que deve ser considerada nas formações técnicas, visto que

O Decreto nº 2.208/97, que veio regulamentar os artigos da nova LDB referentes à educação profissional, interpretou, no seu artigo 9º, que as disciplinas do ensino técnico poderiam ser ministradas não apenas por professores, mas por instrutores e monitores, uma incúria com relação às exigências de habilitação docente. Previa que estes deveriam ser selecionados, principalmente, pela experiência profissional, que a preparação para o magistério não precisaria ser prévia, pois poderia se dar em serviço e manteve a admissão de programas especiais de formação pedagógica. ((Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, pp. 13,14).

Essa flexibilização de formação dos instrutores e monitores, permitiu, em uma interpretação errônea, colocar profissionais não muito qualificados para atuarem nos cursos técnicos, colocando em questão a qualidade dos cursos, e dos seus resultados. Como afirma O MEC/SETEC, “A carência de pessoal docente qualificado tem se constituído num dos pontos nevrálgicos mais importantes que estrangulam a expansão da educação profissional no país”. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 14).

Mas isso não pode ser um obstáculo para a melhoria nas formações. Cada vez mais deve-se buscar “o entendimento de que essa modalidade educacional contempla processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de fundamental importância para o desenvolvimento nacional e o atendimento de demandas sociais e regionais, o que requer o provimento de quadros de formadores com padrões de qualificação adequados à atual complexidade do mundo do trabalho”. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 14).

Ainda segundo o MEC/SETEC, “Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares”. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 15).

O trecho acima refere-se à formação tecnológica, mas se aplica muito bem à formação técnica profissionalizante, pois a necessidade de um novo perfil de docente é necessária em qualquer ambiente educacional, principalmente no século XXI.

Falando em atuação do docente,

Apenas para ficar no nível do ensino técnico, é preciso lembrar que quando o docente atua: no ensino técnico integrado ao médio, ele deve saber integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que compõem o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais, e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas de trabalho e de produção relativas ao curso técnico em questão; no ensino técnico concomitante ao médio, ele deve saber articular o planejamento e o desenvolvimento dos cursos, de modo a aproveitar oportunidades educacionais disponíveis; e no ensino técnico subsequente ao médio, ele deve saber lidar com um alunado heterogêneo que já concluiu o ensino médio e reforçar a formação obtida na educação básica paralelamente ao desenvolvimento dos conteúdos específicos à habilitação. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 17).

Nesse aspecto, no ensino técnico concomitante ao médio, não houve essa articulação, esse aproveitamento da educação disponível, ao constatar a grade

curricular, que repetia conteúdos de disciplinas básicas como Português e Matemática, o que tornou o curso repetitivo e enfadonho, e a falta de diálogo entre os professores do ensino regular e do curso técnico sobre essa dinâmica, com o intuito de sanar esse problema de redundância, inclusive de conteúdos, metodologias, o que favoreceu a exaustão dos estudantes nas aulas, nas atividades, muitas vezes repetitivas.

Mesmo que o curso técnico seja aplicado após a conclusão do ensino médio, não há um planejamento conjunto, um diálogo entre os profissionais para haver um aproveitamento das atividades e conteúdos já desenvolvidos, evitando assim, repetição.

Essa prática de diálogo, revisão e aproveitamento das disciplinas, deverá ser revista e discutida para que os próximos cursos não aconteçam a mesma falha, afastando os estudantes das formações técnicas.

Houve uma preferência pelo curso regular pelos estudantes, em concluir o ensino médio, em decorrência do curso técnico, pois os estudantes viram mais possibilidade efetiva de “formação” no ensino regular. Isso provocou uma evasão dos estudantes, pois, por mais dificuldade e desestímulo que há no ensino regular, há mais credibilidade no mercado estudantil.

O curso técnico, além de mais curto, não passou credibilidade aos estudantes, devido a falta de professores, professores com má formação, elevado número de aulas vagas, disciplinas sem professores, falta de material didático, falta de interação da formação regular com a formação técnica, material insuficiente e de má qualidade, falta de coordenação pedagógica, atraso no pagamento da bolsa. Esses foram alguns fatores que levaram ao desestímulo dos jovens estudantes.

Além disso, segundo o MEC/SETC,

É pressuposto básico que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar”. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 17).

Características fundamentais para o sucesso de uma formação que não foram percebidas em nenhum momento durante a observação de algumas aulas, e durante a entrevista com o principal coordenador RS, em seu discurso. Não houve coletividade, nem cooperação, à medida que um professor demonstrou não conhecer o outro. Um profissional entrava na sala, cumpria sua carga horária e após o final, saía sem dialogar com os demais das outras áreas, e nem mesmo com os professores do quadro escolar. Se não apresentaram um simples diálogo, não poderiam ter uma colaboração para melhor desenvolver suas atividades, ou melhorar a dinâmica da formação.

Formação profissional na área educacional sempre foi um problema no Brasil. E segundo o MEC/SETEC, no entanto,

A formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes. Evidentemente, esses aspectos continuarão sendo importantes, mas o objetivo macro é mais ambicioso e deve privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas do país, principalmente as educacionais, numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de modo que se deve priorizar mais o ser humano do que, simplesmente, as relações de mercado e o fortalecimento da economia. Em consequência, estar-se-á contribuindo para a consolidação de práticas profissionais que ultrapassem os limites da educação bancária (FREIRE, 1980; 1986), (na qual o aluno é considerado como um depósito passivo de conteúdos transmitidos pelo professor, para assumir uma nova perspectiva na qual o estudante é agente do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da (re) construção do próprio conhecimento e, assim, de sua formação em um sentido mais amplo. (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 30).

Mas como superar o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, se a própria estrutura dos cursos foi formada com base na economia local, visando ocupar o mercado de trabalho interno? Não foi desenvolvido nada especial ou diferente que fugisse a essa prática. Toda formação profissional não priorizou o ser humano. Priorizou apenas o fortalecimento da economia. Desse modo, a formação cidadã deixa a desejar.

Nesse contexto, é preciso deixar claro para que sociedade a escola está formando o jovem, e para que formação técnica: apenas a capitalista, no papel de empregado, subordinado, subalterno, acrítico, que apenas obedece ordem, ou aquela

libertadora, crítica, transformadora. A formação técnica não pode ser a que repete, mecânica, mas a que induz à inovação, a produção criativa, a que constrói.

Isso é uma formação cidadã, no sentido de que a “Cidadania é a “capacidade conquistada por alguns indivíduos ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 2005, p. 2).

Forjada historicamente nas lutas das classes subalternas pela reabsorção dos bens sociais, cidadania articula-se profundamente com democracia como construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera pública. Nessa construção histórica, embora se mantendo atrelada à questão dos direitos, a cidadania vai se definindo pela relação com os processos de exclusão” (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 85).

A exclusão nesse contexto de formação profissional se dá quando ocorre a seleção dos estudantes, através de um sorteio computadorizado, quando não possibilita a participação de todos nessa nova modalidade educacional, e quando não há uma atuação prática, e um atendimento dos jovens nesse processo seletivo.

Para Santos (1999), o trabalho reduzido a mero fator de produção não pode sustentar a cidadania. A saída é “reinventar a democracia”. Especificamente, a “redescoberta democrática do trabalho é condição sine qua non da reconstrução da economia como forma de sociabilidade” (ibid, p. 66). (Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 88).

A produção é necessária, mas não só como um processo de subsistência. Mas também de satisfação pessoal, social, cultural e econômica. É preciso haver mais participação efetiva dos novos formandos nas decisões da sociedade.

2.3.O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e a relação com o trabalho de trabalho

Mais um programa é apresentado aos jovens como uma nova modalidade de ensino e certificação rápida, com o objetivo de dar uma certificação rápida, e este

jovem poder entrar no mercado de trabalho cada vez mais cedo Para isso criou-se o Encceja. Inicialmente foi criado para encaminhar os jovens ao ensino superior. Com a criação do ENEM, esse programa governamental mudou de configuração. Atende apenas a certificação de ensino fundamental e médio.

Segundo o programa do MEC, Educa Mais Brasil,

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma prova do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criada em 2002 com o objetivo de avaliar o conhecimento das pessoas que voltaram a estudar porque não conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio na idade adequada. Como o Enem se tornou uma porta de entrada para o ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) decidiu rever sua decisão e passou a adotar o Encceja 2017 para a certificação do ensino médio. Um bom resultado no exame garante ao estudante um certificado de conclusão dos estudos com o mesmo valor de um diploma de uma escola de ensino fundamental o ou médio. (<https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/encceja>. Acesso: 05/-9/2020, 15:01h).

Essa afirmação de que uma prova realizada em apenas um dia, em dois turnos (manhã e tarde) consegue avaliar o rendimento dos jovens, torna-se uma demagogia. A começar pela idade. Quinze anos, o jovem em idade para desenvolver seus estudos regulares, no Ensino Fundamental 2, sem maiores problemas, é incentivado a ser certificado, mesmo não tendo o domínio dos conteúdos regulares. Um estudante que está no oitavo ano, por exemplo, que queira antecipar sua certificação, ou aquele que ficou fora da sala de aula por alguma razão, não apresenta as competências exigidas pela BNCC. O que tornaria mais difícil um bom resultado nas provas. Prova essa, que é facilitada, em que o estudante pode optar ainda pela área que quer fazer. É uma grande facilitação para realmente o jovem ter seu certificado.

Não está se pensando na qualificação intelectual. Apenas na certificação. Isso acelera a entrada desse jovem, certificado, no mercado de trabalho. Com uma certificação, e sem qualificação, dificilmente um jovem terá um bom desempenho ou um trabalho que seja bem remunerado. Mas a proposta do programa não parece se preocupar com essa questão. Isso pode ser confirmado a partir da afirmação de que "Para garantir um bom desempenho no Encceja é preciso se empenhar nos estudos, afinal com a certificação obtida as oportunidades, principalmente no mercado de trabalho, serão maiores".

Apenas certificação, seja ela de conclusão de Fundamental ou ensino médio, não garante mais oportunidades, nem tampouco, melhor desempenho na continuação

dos estudos, mesmo com o apoio de outros programas para ingressar na universidade. Não há como o jovem se empenhar nos estudos, se estiverem afastados da sala de aula. A cultura brasileira ainda não é de estudar sozinho.

O jovem tem ainda a dependência de um professor orientando em sua busca pelo conhecimento. Uma demonstração disso é o ensino remoto que está acontecendo em muitas cidades do país, devido à pandemia, em que os relatos não são satisfatórios, pela baixa adesão e participação dos estudantes, seja na interação, na prática das atividades, no retorno na interação virtual, ou das atividades impressas.

Para ter esse jovem autônomo, independente nos estudos, vai depender de um estudo mais elaborado, de uma política de independência intensificada para que o jovem entenda seu protagonismo e sua autonomia na busca do saber.

Para isso, o ensino deve mudar de configuração, não centrando o conhecimento na pessoa do professor. As metodologias devem ser atualizadas, pensadas para, e também pelos estudantes, além de um fator, atualmente, primordial: inserir a tecnologia na prática escolar. O uso da internet, do celular, do computador, do tablet, tornou indispensável nessa atual situação em que se encontra a educação brasileira. A pandemia revelou o que muita gente insiste em não ver, principalmente os governantes, que não investem na educação de qualidade, que há problemas estruturais na educação pública.

Independente de uma pandemia, esses investimentos já deveriam ser feitos nas escolas públicas, e os métodos de ensino, inclusive com as tecnologias, já deveriam fazer parte da rotina dos estudantes.

A pandemia também dificultará mais ainda a aplicação da prova do Encceja, seja do fundamental ou ensino médio, no ano de 2020, considerando que o ensino, se já não apresentava uma qualidade satisfatória, este ano, ainda menos, pela falta de interação direta com os estudantes.

Segundo o Educa Mais Brasil, é exigido ter idade mínima de 18 anos completos da data de realização do exame. “Além disso, quem conseguir a certificação do Encceja para ensino médio poderá tentar ingressar em uma universidade, com os auxílios dos programas do governo. Sabendo disso, a preparação é uma etapa importante, para isso, o Inep disponibiliza apostilas do Encceja com livro do estudante, separado por modalidade de ensino com todas as matérias cobradas no exame.”

É importante destacar aqui as áreas disponibilizadas para estudo. É importante salientar que o programa aplica uma prova, mas deixa bem claro que o candidato

pode escolher que área quer fazer a prova. Ou seja, um jovem que esteja afastado da escola, do ensino regular, e que tenha uma apostila das matérias cobras no exame, que são bem limitadas e restritas, não garantirá um conhecimento suficiente para ingressar em uma universidade. O estudo e o conhecimento ficarão fragmentados. Mais uma vez, um programa que afirma dar oportunidades, mas que limita as possibilidades de um estudo avançado e de qualidade. Certificação não é garantia de competências, tão destacadas na nova BNCC.

Ainda segundo o Mais Brasil,

“As provas Enceja são estruturadas de acordo com áreas do conhecimento estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), se estabelecendo da seguinte forma: Enceja ensino fundamental: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Matemática, História e Geografia, Ciências Naturais. Já o Enceja ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias. <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/enceja>. Acesso: 06 de outubro de 2020. 15:01h.

As provas podem até ser estruturadas de acordo a BNCC, mas na prática, nada garante que o estudante irá corresponder. Mas pela facilidade em escolher a área a ser atendida, e o governo apenas apresentar uma possibilidade legal de antecipar a formação e certificação, o candidato apresenta grandes chances de sucesso, pois ele sempre irá optar pela área que apresenta maior afinidade e competências. Diante disso, ambos terão bom resultado: de um lado o estudante ansioso em ter a certificação, e do outro, o governo, que mesmo maquiando os níveis educacionais, garante mais público certificado, atendendo aos interesses de mercado.

Diante da procura por essa certificação, conhecimento, algumas competências e habilidades, não parecem ser uma preocupação dos jovens. A preocupação parece ser mesmo um papel que lhes ateste uma formação.

3.0. MedioTec: o que é, suas perspectivas, seus desafios e aplicação

Com o baixo índice de escolaridade dos jovens, muitos em idade escolar fora da escola, e o aumento da demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho, o MEC criou o MedioTec que surge como um braço do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa a acelerar o processo de mudanças

previsto na reforma do ensino médio em um esquema concomitante de aulas em tempo integral com a educação técnica.

MedioTec é uma ação para ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado no ensino médio regular.

Os estudantes dos cursos recebem uma ajuda de custo através pela Setec/MEC por meio da Bolsa Formação.

Entre seus objetivos, tem a missão de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda.

É executado em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), além das instituições privadas de ensino técnico de nível médio.

O MEC acredita que a assistência estudantil, valor pago aos estudantes dos cursos técnicos promoverá a permanência e prevenirá a evasão escolar.

A educação sempre foi vista como meio de sanar problemas diversos. Dentre eles está a baixa escolaridade, evasão escolar, e o número elevado de profissionais com pouca ou nenhuma capacitação ou qualificação para ocupar o mercado de trabalho.

Para tentar solucionar esses problemas, o MEC criou o MedioTec que surgiu como um braço do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa a acelerar o processo de mudanças previsto na reforma do ensino médio em um esquema concomitante de aulas em tempo integral com a educação técnica.

Kuenzer (1991) diz que mais uma vez, a ingenuidade das propostas que pretendem resolver, através da escola, problemas que são estruturais nas sociedades capitalistas. (Kuenzer, 1991, pag. 14).

O Estado não consegue alcançar seus objetivos, e transfere para as escolas estaduais a responsabilidade em qualificar os jovens estudantes para o mercado de trabalho. Analisando a proposta do programa MedioTec, observam-se contradições. Primeiro que os cursos atenderiam inicialmente aos jovens que estivessem fora da sala de aula, que não tivessem concluído o Ensino Médio, com o objetivo de concluí-lo. Segundo, que o programa passa a ser oferecido em escolas com cursos regulares

a estudantes cursando o Ensino Médio, tornando o curso técnico como uma opção e uma alternativa de ensino integral.

Nesse contexto surgem os diversos problemas para que o programa não tenha muito êxito. Primeiro porque a proposta é atender ao mercado de trabalho da localidade. Ou seja, os cursos devem ser voltados para as áreas de emprego que a cidade oferece. A opinião dos jovens não é considerada. E muitas vezes, mesmo capacitados e qualificados, os jovens não ocupam as áreas de trabalho. Segundo, que há outras possibilidades de formação, outros interesses dos jovens que não são respeitados. Isso causa um desestímulo nos jovens, uma evasão dos cursos e uma incapacidade de êxito dos cursos oferecidos.

Analisando o discurso do MedioTec, não se observa uma preocupação de formação para a cidadania, para formar seres pensantes, e sim jovens dominados, disciplinados apenas para o trabalho. Um exemplo desse domínio é a bolsa oferecida aos estudantes. E mesmo assim, a bolsa não garante sucesso dos cursos.

Outro problema a ser destacado dos cursos do MedioTec, em sua aplicação, é a sobrecarga de aulas para os estudantes, já que usa desse programa para tornar as escolas de tempo integral.

Sendo os alunos dos cursos do MedioTec os mesmos que estão concluindo o Ensino Médio, há uma sobrecarga de disciplinas, de estudo, o que não proporciona uma qualidade, nem uma assimilação de conteúdos nem do ensino regular, nem dos cursos técnicos, proporcionando grandes evasões desses cursos. Uma razão para isso, também é a falta de integração entre os ensinos, que poderiam assimilar as disciplinas repetidas, deixando uma carga horária mais prática nos cursos técnicos, dando assim, mais qualidade às formações. Isso considerando que os alunos dos cursos técnicos, são também dos cursos regulares.

A capacitação profissional com disciplinas regulares, com carga horária de Português e Matemática se aplicaria e justificaria caso os estudantes atendidos fossem aqueles que não concluíram o ensino Médio.

Carga horária excessiva, disciplinas básicas como Português e Matemática, repetitivas nos seus conteúdos, além dos mesmos professores do Ensino Regular. Tudo isso leva ao fracasso do programa, além de muitas vezes, o gestor escolar, indiferente ao ensino público de qualidade, que está no cargo apenas pelo alto salário, com comodismo, não atende às expectativas profissionais, não apóia administrativamente os cursos, os professores, nem tampouco os estudantes.

Um gestor comprometido precisa estar atento aos anseios dos estudantes, para proporcionar, além de incentivo ao estudo, uma valorização estudantil e profissional, dando o total apoio para que eles obtenham um bom resultado nos projetos desenvolvidos nas escolas públicas, principalmente em parceria com entidades privadas e o Governo do Estado.

Esse compromisso do gestor é um desafio a ser trabalhado, pois, por ser uma demanda nova, precisa de um pensamento e engajamento do mesmo para o sucesso dos projetos.

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, em seu artigo, A educação profissional no Brasil, diz que é fundamental que o ensino profissionalizante contribua para o desenvolvimento econômico, mas também social do país, objetivando a construção de um país comum a economia sólida e próspera e, principalmente, com a formação de cidadãos que mais do que apenas alcancem o mercado de trabalho, sejam capazes de questionar, discutir e inovar nas diferentes ações que realizam e nos espaços que ocupam e, com isso, possam vislumbrar e trabalhar para o desenvolvimento de um país que busque permanentemente reduzir as desigualdades sociais e oferecer condições dignas para seus cidadãos.

Em uma pesquisa de campo, após analisar relatórios dos estudantes oriundos do curso técnico, observa-se que em um curso desenvolvido com 20 estudantes matriculados, 06 estudantes concluíram as disciplinas, e apenas 4 concluíram totalmente o curso, cumprindo todas as etapas, inclusive com entrega de relatório, como pede o programa MedioTec. Isso cabe uma reflexão acerca da metodologia, da proposta, da aplicação dos cursos, e do grau de responsabilidade e administrativo do gestor.

Cabe perguntar o que causou as evasões, e a baixa adesão ao curso. Ainda analisando os relatórios, percebe-se que outro fator que contribuiu para isso foi a falta de profissionais capacitados para as aulas específicas. Segundo relatório, um único professor assumiu uma carga horária excessiva, disciplinas até que não eram de sua competência, para impedir que os 06 estudantes abandonassem de vez o curso. Isso demonstra um problema sério, uma falta de qualidade dos cursos. O que possibilita uma descrença dos participantes, abandono, e má qualidade na formação. O que não garante o sucesso, nem alcance dos objetivos iniciais da escola, nem do Programa.

Outro desafio do MedioTec, atender ao objetivo inicial, de qualificar um número elevado de jovens, é também a forma de seleção dos estudantes. O problema já

começa pelo termo “seleção” dos estudantes. Segundo, como é feita a seleção, através de um sistema.

Só em usar o termo “seleção”, já prioriza um público, e exclui outro. Com falta, ou má orientação, os estudantes muitas vezes não tomam conhecimento dos cursos dentro da escola. Muitas vezes, a escola não possibilita ao estudante o uso do laboratório de informática para que eles efetuem a inscrição- apenas on line.

Não havendo esse esclarecimento, já exclui, muitas vezes, quem realmente quer estudar, contemplando aqueles que só visam a ajuda financeira, que é paga aos estudantes selecionados. Os critérios para a seleção não são expostos claramente aos estudantes.

A formação acadêmica específica não é importante na seleção do professor para determinado curso. Qualquer formação acadêmica que o candidato tenha, é aceita para concorrer a vaga de professor, independente do curso e do eixo escolhidos. Critério inclusive do próprio programa, o professor só precisa ter nível superior em qualquer área.

Outro fator que implica no sucesso dos cursos é a seleção dos professores fora do quadro escolar, aquele mesmo que apresenta um currículo frágil, sem a formação específica da área, é selecionado, porque muitas vezes, precisa concluir a carga horária e cumprir o cronograma do curso.

Como afirma Manfredi (2012),

Entendendo que a democratização do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho, pesquisadores têm defendido a importância do investimento no seu desenvolvimento profissional. Esse processo de valorização envolve formação inicial e continuada, articulada, identitária e profissional. (Manfredi, 2002, pp. 12,13).

A formação específica, além de dar mais credibilidade ao curso, dá uma valorização profissional aos professores. Isso será mais motivador para desempenhar melhor suas atividades.

Esses e outros fatores fazem com que os programas continuem sendo apenas para maquiar a educação, com uma oferta que não satisfaz nem aos jovens, nem ao mercado, pois de 20 estudantes, apenas 4 concluírem o curso, não garante uma ocupação satisfatória de vagas de trabalho na cidade e região.

A frustração dos jovens continua, afinal, pelas necessidades sociais, financeiras, pois o despertar pelo mundo do trabalho começa muito cedo.

Outra questão bastante relevante que merece destaque é que o Estado negligencia o ensino público, e lança um programa de cursos técnicos profissionalizantes como solução para o ensino, mas não dá assistência técnica para a escola. Muitas vezes a escola não apresenta a menor condição de aplicar os cursos. Mas para atender uma necessidade social e dos próprios jovens, aceita a proposta.

Analisando os critérios para a escola desenvolver os cursos técnicos, é preciso que a escola tenha entre outros requisitos, laboratório de informática, quantitativo de máquinas funcionando, bem como internet disponível, existência de áreas adequadas para as aulas práticas. Ou seja, o Estado quer encontrar um ambiente pronto, estruturado, para só oferecer os cursos. Importante lembrar que essa função de estruturar as escolas para uma convivência saudável para os estudantes e profissionais da educação, independente de curso profissionalizante, é do Estado.

Isso revela mais ainda as mazelas, as negligências e os fracassos da educação. Um ensino regular fracassado, desinteressante, desestimulante. O Estado vê no ensino profissionalizante uma solução para alavancar a educação brasileira, mas, mais uma vez, não leva em consideração os sujeitos: os estudantes.

Enquanto não respeitar as necessidades, ouvir os interessados, estudantes e professores, não haverá projeto de tenha sucesso.

Após a aplicação de cursos sem sucesso, com baixa procura, o Centro Educacional passou a consultar os estudantes sobre as opções de cursos. Mas as opções nunca foram e nem serão respeitadas, pois o Governo escolhe os cursos com menor custo. Não importa se atende ou não a necessidade dos jovens. O importante é oferecer, mesmo que sem adesão, para justificar mais tarde que faz investimento na educação, nos jovens, e que eles não se interessam. Cursos caros não interessam ao Governo.

É mais uma forma de manter uma classe ignorante, dominada, atendendo apenas as necessidades mínimas de mercado, mantendo ainda mais alienada uma geração de pessoas que não conseguem analisar criticamente uma utopia governamental.

Segundo Pérola Fátima Valente Simpson Viamonte, em seu artigo Ensino Profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96, atualmente, as instituições educacionais brasileiras que atuam nessa modalidade de

ensino enfrentam grandes desafios para formar um perfil profissional capaz de responder às características específicas impostas pelas grandes transformações na prática social do trabalho (Viamonte, 2011,p. 32.)

Isso só reforça que não é responsabilidade da escola pública capacitar para o mercado de trabalho, e sim do Estado. Afinal, além de não ter estrutura para capacitar, a escola pública precisaria fazer parcerias com empresas, responsáveis por empregar o fluxo de estudantes capacitados. Isso só aumenta as demandas das escolas públicas, que não atendem as necessidades básicas de sua responsabilidade, tampouco uma demanda extra.

Segundo Kuenzer, as escolas públicas estatais, que atendem as classes média, baixa e trabalhadora, não tendo condições mínimas para oferecer habilitação profissional demandada por sua clientela, em virtude da precariedade de seus recursos financeiros, materiais e humanos, fazem um arremedo de profissionalização, não dando conta da formação geral e tão pouco da formação profissional. Apenas as escolas que já ofereciam, desde as últimas décadas, ensino técnico industrial e agropecuário, continuaram a oferecer habilitação profissional em nível técnico, sem que as mudanças na legislação lhe impusessem alterações qualitativas significativas. (Acácia Kuenzer, 1991, pág 12/13).

Não se deve delegar às escolas de ensino médio a competência de formar, qualificar os jovens para o mercado de trabalho. A escola deve formar os cidadãos na área intelectual, nos conhecimentos teóricos, com o mínimo de prática, para assim, ingressarem no mercado profissional, com o mínimo de competência.

Como ainda diz Acácia Kuenzer, se o profissional teve acesso a um quadro teórico atual, adequado e articulado com a realidade do trabalho concreto, com um curto período de prática ele se constitui efetivamente em profissional competente. (Kuenzer, 1991, pag. 15).

Mas o que se observa, é que as escolas públicas estaduais não capacitam qualitativamente nem para o conhecimento teórico, nem tampouco para a prática, o que demonstra que as escolas estão longe de fazer uma mudança significativa na educação dos jovens.

O MedioTec é mais uma ferramenta frustrada de melhorias da educação do Ensino Médio, que há muitos anos perdeu seu sentido, sua filosofia. Primeiro as escolas de Ensino Médio apostaram na formação direcionada apenas para a universidade. Mas o método adotado não atendeu às expectativas.

Atualmente, analisando os fracassos estudantis, e visando apenas o comércio, o aspecto financeiro, há uma aposta nos cursos técnicos. Mas nas condições em que são apresentados os cursos, não há perspectiva de sucesso.

O que se viu foi uma perspectiva de mais um programa governamental para a melhoria da educação, que mesmo o governo pagando para os jovens estudarem, não atendeu aos seus objetivos iniciais de colocar os jovens no mercado de trabalho, nem uma melhoria na qualidade da educação pública.

Estado, escolas públicas, gestores, estudantes e professores, precisam estar alinhados quanto aos objetivos, metas a cumprir, nos compromissos, desafios e responsabilidades por uma educação de qualidade. Enquanto não houver um real compromisso com a educação de qualidade, e com os jovens, toda e qualquer proposta de ensino “inovador” será apenas mais um projeto.

Os estudantes precisam ser ouvidos, respeitados, pois a visão deles ultrapassa a visão limitada dos comerciantes e até dos professores, que priorizam apenas o que está em evidência no mercado, não observando as pequenas possibilidades de inovação de atuação no mercado tão amplo e diversificado.

3.1.Implementação e aplicação do Programa Mediotec no Ensino Médio, na cidade de Lençóis-BA

A Educação brasileira vem, há muitas décadas, sendo discutida pelo seu baixo índice de qualificação, desde a base até o Ensino Médio. Diante disso, o governo vem apresentando propostas de mudança para implantar no Ensino Médio, cursos técnicos profissionalizantes, com o intuito de qualificar essa categoria de estudantes.

Como diz Fonseca, “A educação profissional de nível técnico diz respeito a cursos de nível médio, os quais fomentam a preparação do alunado para o mundo do trabalho, a qual se subdivide nas formas: integrante, concomitante ou subsequente; e a educação profissional tecnológica diz respeito a cursos de nível superior (graduação e pós-graduação)”.(Fonseca, p. 26/27.2017).

Analisando em específico, uma Escola de Ensino Médio estadual, na cidade de Lençóis, Bahia, seu ensino, seu currículo e seu Projeto Político Pedagógico - PPP, pode-se observar que a escola planeja, há 10 anos, implantar cursos técnicos profissionalizantes, ao observar a má qualidade do ensino durante os últimos anos.

Essa proposta foi discutida, planejada e solicitada ao Governo do estado da Bahia desde o ano de 2017. Cabe uma descrição feita pela própria Escola, para melhor entender o contexto social e educacional da instituição a ser analisada, e processo educativo proposto por ela.

O Centro Educacional Renato Pereira Viana teve sua data de criação em 09/01/1951, Ato 374, publicado no Diário Oficial de 25/04/1953, atendendo hoje as modalidades de Ensino Médio, Profissional e EJA, com possibilidade de integrar o Ensino Técnico profissionalizante.

A estrutura física do Colégio é de 1 (um andar). No prédio central há 12 (doze) salas distribuídas da seguinte forma: No pavilhão há 05 (cinco) salas de aula, direção, secretaria, sala dos professores, sala para oficinas de arte e ciências, laboratório de informática, sala de vídeo, auditório e biblioteca.

Atualmente, o Ensino Médio se distribui da 1ª a 3ª série, atendendo também o Curso da EJA, EIXO VI (1º e 2º ANO) e EIXO VII (3º ano).

A Unidade Escolar conta com um contingente de 518 alunos matriculados, na faixa etária entre 12 a 50 anos de idade, oriundos das camadas populares de renda baixa e m

O corpo docente é constituído por profissionais de variados localidades do estado e de fora dele, tendo em sua maioria professores oriundos de Salvador e da própria cidade de Lençóis, tendo sido contratados através de concursos públicos ou removidos, inclusive da rede municipal. Atualmente contamos com 22 professores com as seguintes formações: 06 (seis) professores com nível 1(um); 08 (oito) professores com nível 3 (três) e 08 (oito) professores com nível 4 (quatro); quantidade de turmas/alunos de 2009 a 2011: 2009 – 17 turmas
2010 – 17 turmas, 2011 – 17 turmas (05 na extensão). (equipe CERPV e Direção, 2011).

Uma escola de médio porte, com um quadro expressivo de estudantes e professores, como se percebe na descrição.

A Escola desenvolvia curso regular de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O Ensino Médio era desenvolvido com o curso do Magistério, que formava os alunos para serem professores, especificamente. Não havia escolha de curso. Mas essa formação atendia a uma demanda de escolar interna. Os alunos, após formados no Magistério, faziam concursos públicos para professores, e se aprovados, estavam aptos a ensinar. A formação dava ampla variedade de escolha para o aluno: poderia

prestar vestibular para qualquer área, prestar concursos, ou simplesmente buscar outra área de atuação. Mas os tempos mudaram, e o governo exigiu maior capacitação dos profissionais de educação, com a Graduação, e cada vez mais limitou a atuação dos jovens no processo de estudo, e também, no mercado de trabalho.

Anos depois, o Centro Educacional, atendendo a uma determinação do governo federal, mudou seu currículo de ensino, extinguindo o Magistério, e implantando o Ensino de Formação Geral. O objetivo dessa Formação Geral era direcionar os alunos exclusivamente para prestarem o vestibular.

Ao limitar o ensino, o Governo fez com que muitos alunos não dessem o devido valor ao estudo, considerando que ao final do curso, o aluno sairia da escola e não tinha um direcionamento para continuar seus estudos, pois nem todos despertam o interesse pela vida acadêmica, e não se sentem preparados para ocuparem área de emprego no mercado de trabalho.

Esse pensamento dos próprios estudantes se deu devido a má qualidade de ensino, que não preparava os alunos para prestarem o vestibular. Os alunos não se sentiam capacitados, nem preparados para ingressarem em uma faculdade.

Essa desmotivação causou uma queda brusca na qualificação do Ensino Médio, sendo colocados na sociedade muitos jovens sem base para o mercado, pois não tinham formação voltada para isso, nem ingressos nas universidades, pois não tinham, base suficiente.

Durante muitos anos, os professores do Centro Educacional se angustiaram por não atenderem a uma necessidade mínima do PPP- Projeto Político Pedagógico, que era direcionar os alunos para o vestibular. O ensino vem sendo desqualificado há muitos anos, com falta de manutenção das escolas, falta de professores de áreas essenciais, como Português, Matemática, Sociologia, Filosofia, Química, Física, falta de laboratório de informática capaz de atender as necessidades mínimas da atualidade cibernética, terceirização de profissionais da área de limpeza e do quadro docente, falta de qualificação profissional, falta de acompanhando da gestão escolar, ma gestão escolar, fala de compromisso de alguns profissionais, falta de capacitação adequada para tender as atuais demandas dos estudantes. Escola sucateada, abandonada pelo poder público. Tudo isso causa desmotivação da classe escolar, evasão de estudantes, baixo índice de escolaridade, baixa procura por qualificação e continuidade do estudo após conclusão de 03 anos de estudo da Formação Geral.

Com base nisso, com o anseio do CERPV em capacitar os jovens há muito tempo, o Centro Educacional criou o projeto em 2011, Um projeto de renovação e qualificação – Reflexão, que tinha como objetivos:

Garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.

Contribuir para a elevação de escolaridade dos trabalhadores

Ampliar o acesso à educação integral e fortalecer a inclusão educacional. Inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes, à cultura e ao trabalho. Articular-se com políticas/programas/ações de desenvolvimento, socioeconômico ambiental, e de geração de trabalho, emprego e renda, na perspectiva inclusão. (Equipe CERPV E DIREÇÃO, 2011).

Analisando os objetivos, percebe-se uma preocupação da Escola em vários aspectos, principalmente na formação cidadã dos jovens.

Mas diante dos argumentos apresentados, os objetivos voltam quase que exclusivamente a atender ao mercado de trabalho, como se observa abaixo:

Hoje, a cidade agrega um contingente turístico do mundo todo, mostrando a beleza da flora, fauna e geografia, sem falar do Patrimônio Arquitetônico Colonial. No intenso fluxo de turismo a população do garimpo perdeu a sua perspectiva e identidade, assim os jovens saem da escola e não têm atividade de aplicação econômica, sem ter condição nenhuma de produção, principalmente para uma subsistência individual e coletiva, nesse sentido se faz necessário novas atividades com formação profissional contextualizada às necessidades local. A falta de perspectiva assusta; porém podemos reescrever novos cenários, onde os espaços de pesquisa e estudo sejam adequados a idade e favoreçam novos rumos educativos e de formação profissional. (Equipe CERPV E DIREÇÃO, 2011).

Diante disso, após muitas discussões, inclusive com a comunidade, foi consensual a implementação de cursos técnicos para serem aplicados em turno oposto, ao ensino regular, com o intuito de despertar os alunos para o estudo, e dar oportunidade de formação profissional aos jovens que saiam da escola e não tinham opção na sociedade, como mostra o texto abaixo, encaminhado à comunidade:

Estamos neste momento da escola, viabilizando o curso de profissionalização para os jovens lençoenses, portanto precisamos ouvir a comunidade externa para poder delinear a formação mais adequada ao contexto local e a realidade dos nossos estudantes. Nesse sentido, estamos buscando alinhar os interesses do equilíbrio

econômico e de qualidade de serviços, em uma formação que dê sustentabilidade local e perspectiva futura aos jovens. Portanto estamos marcando para o dia 24 de novembro 2011, um encontro com os representantes da economia local (Agências, Restaurantes, Hotéis, Pousadas, Associação de guias, Bares, Supermercado, Lojas, lanchonetes, Associação de Artesanato, Associação de capoeira, ONGs, e outros). Assim, aguardamos por sua opinião e seu olhar de experiência, para diagnosticarmos o melhor para nossa cidade. (Equipe CERP V E DIREÇÃO, 2011).

Esse texto do Centro Educacional acima revela algo importante sobre os resultados da implantação dos cursos. A escola se preocupou com a opinião de setores externos à Escola, e não se preocupou em saber a opinião dos sujeitos principais do processo: os estudantes. Diante dessa falha técnica inicial de excluir os principais sujeitos do processo, ou de incluí-los ao final da pesquisa externa, de saber suas intenções de cursos, de áreas que gostariam de ser capacitados, induz a fracassos e erros de estrutura e de aplicação dos cursos, não obtendo o êxito esperado.

A consulta à comunidade seguiu uma recomendação do próprio MedioTec, que orienta a capacitação dos jovens para atenderem uma demanda de mercado de trabalho local. Mas não considerar os desejos dos estudantes, e levar em consideração apenas as necessidades de mercado, como orienta o MedioTec, leva ao fracasso dos cursos, evasão em massa dos estudantes, desestímulo, e o não atendimento ao objetivo principal do Programa.

Considerando a cidade de Lençóis-Ba que tem como principal fonte de renda o turismo, os cursos foram voltados mais para essa demanda, como demonstram as opções escolhidas para a formação e capacitação dos jovens, não profissionalizante, como demonstrado no trecho do projeto que diz “O Programa tem como finalidade proporcionar apoio técnico e financeiro para escolas públicas federais e estaduais, não profissionalizantes, de modo a garantir as condições e o desenvolvimento de inovações na organização curricular.” (Equipe CERP V E DIREÇÃO, 2011).

Ao informar que as opções escolhidas para a formação e capacitação dos jovens, a Escola não informa a participação dos estudantes. Pressupõe que as escolhas foram de cima para baixo. O fato de colocar o termo, “não profissionalizantes”, tira da escola sua responsabilidade de capacitar para atender ao mercado. Uma situação complicada e conflituosa, pois a escola deseja capacitar os estudantes, mas não vê estrutura financeira, nem técnica para tal. Depende tanto do

Governo para investir, quanto da própria sociedade para absolver essa mão-de-obra capacitada. A preocupação da escola é inovar o currículo. Então como estimular os estudantes a participarem desse processo, dos cursos técnicos?

Entra nesse contexto o Governo de Estado oferecendo como estímulo uma bolsa de estudo- uma ajuda financeira-, para garantir a adesão, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes.

O Centro Educacional Renato Pereira Viana- CERPV se baseou no catálogo profissionalizante do MEC - Ministério da Educação e Cultura, que oferece uma diversidade de eixos tecnológicos, onde foram escolhidos: Eixo Tecnológico: Gestão E Negócios, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Nesse contexto de profissionalização, há ainda outro programa, o Proeja, que “Os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) são indicados para quem tem a partir de 18 anos e deseja dar continuidade aos estudos, unindo ensino médio com qualificação profissional. Já na modalidade Proeja/Médio, os cursos tem duração de dois anos e meio, e é direcionado a estudantes da rede pública, a partir dos 18 anos, que concluíram o ensino fundamental”. (Equipe CERPV E DIREÇÃO, 2011).

Mais uma oportunidade de estudo voltado à formação e qualificação profissional ofertado ao jovem. Esse específico ao ensino médio, a partir dos 18 anos. Mais uma formação do conhecimento do CERPV, porém, longe de ser aplicado pelas dificuldades técnicas.

4.0.A formação profissional e a relação com o sistema S (Senac, Sesi, Senai e Sesc).

Não se pode falar em educação profissional sem citar esses órgãos- Sesi, Senai, Sesc. Segundo Pacheco e Morigi (2002, p. 103),

O Sistema S fundado pelo presidente Getúlio Vargas nos anos de 1940, diante das parcerias público-privadas, tem demonstrado ao longo de seus cerca de 60 anos de existências, *expertise* na Educação Profissional, sobre tudo nos cursos de formação inicial e continuada. No segundo mandato do presidente Lula foi constituído um marco de gratuidade das vagas do Sistema S fundamentados no decreto presidencial nº 6633/08, que regulamenta a oferta gratuita do Sistema

Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) e nº 6635/08, que regulamenta a oferta gratuita do Sistema Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai). (Pacheco, Morifi, 2002, p. 103).

Essa gratuidade não se efetivou na cidade de Lençóis-Bahia. Segundo o CERPV, alguns empresários assumiram no sistema de apadrinhamento, o pagamento da taxa de cursos profissionalizantes para alguns alunos da escola, em parceria, também com o Senac, no ano de 2018. Ainda assim, com esse apadrinhamento, não foi atendendo aos cursos profissionalizantes da escola.

No início da instalação do Senac na cidade, muitos cursos eram gratuitos. Um tempo depois, percebendo que os empresários poderiam pagar para qualificar seus empregados, passou a cobrar uma taxa muito alta dos cursos oferecidos. Isso obviamente afastou muitos candidatos.

Citados por vários autores, entre eles Pacheco, Morigi, Kuenzer, o sistema S está presente em todo o período de formação profissional do Brasil, em parceria com outras instituições. Citando Manfredi, (2002, p, 242/243), ela fala de experiências bem sucedidas com sindicatos, com cursos regulares de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes de curta duração e cursos especiais. Destaca duas características das atividades de educação, sendo citada aqui apenas uma, referente a convênios realizados com entidades oficiais_ Senai, Sesc e Sesi e /ou outros competentes ligados ao Ministério do Trabalho. Citando diretamente a autora, “Nesses convênios, os sindicatos entravam com a sede e a infra-estrutura físico-administrativa e as entidades conveniadas, com os professores e os materiais pedagógicos. A proposta curricular era desenvolvida pelas agências educativas, sem a participação das direções sindicais. (Manfredi, 2002, p. 243).

Nesse período citado pela autora, entre 1962 a 1974, não era citado o Senac. Mas há a importância de se destacar essa outra instituição, considerando que o Senac está implantado na cidade de Lençóis. Suas atividades de formação são voltadas exclusivamente para área gastronômica e de hotelaria. As capacitações do Senac, muitas vezes não atraem os jovens lençoenses, pois restringem a uma área, que muitas vezes o jovem não quer seguir. São cursos voltados para garçom, camareira, barman, curso básico de idioma. São voltados exclusivamente para o setor turístico.

Segundo Pacheco e Morigi(2002),

os cursos técnicos demandarão um diálogo entre as escolas do Sistema S e as escolas das redes estaduais do encaminhamento e

acompanhamento desse aluno, em um repertório inicial de conteúdos da formação geral para que o aluno acompanhe a formação técnica em questão. Um aluno de um curso técnico de Eletromecânica, por exemplo, demanda conhecimento básico de Matemática, Física, química e evidentemente de Escrita, Leitura e Interpretação para poder aplicar os conteúdos de seu curso e coibir a evasão, de modo que esse aluno acompanhe de fato as aulas específicas da formação técnica. (Pacheco e Morigi, 2002, p. 104).

Essa análise foi feita com base na ação do Pronatec, que visa a transferência de renda para a classe popular. Mesmo havendo cursos voltados para área hoteleira, não houve esse diálogo entre a escola e o Senac. Outra questão que deve ser analisada nessa afirmação de Pacheco e Morigi, é o repertório de conteúdos de formação geral. Eles citam como exemplo a Eletromecânica, mas qualquer curso dependerá de uma base mínima das disciplinas regulares, já ensinadas no Ensino regular, de Leitura e interpretação. É justamente nesse ponto que fracassam os cursos profissionalizantes nas escolas estaduais, pois os estudantes não apresentam habilidades mínimas de base no curso regular.

Os cursos devem, antes de ser implantados, intensificarem os conhecimentos básicos, pois assim, os estudantes teriam mais tempo de dedicação à formação profissional. Ter esses conhecimentos novamente no curso profissionalizante causa um desestímulo ao estudante, já que mesmo decadente, ele entende que já teve o acesso os conteúdos das disciplinas, mesmo que não obtiveram muito êxito nas avaliações.

Diante disso, deve primeiramente ter uma parceria maior, um diálogo mais profundo com os gestores, quanto à qualidade do ensino regular, despertar nos estudantes a importância desse estudo, tão desvalorizado nos últimos anos pelo Estado, escolas, gestores e professores, para não haver a necessidade de repetição. Há um desgaste desnecessário, visto que, poderia ser ofertado, anteriormente, uma qualidade melhor de ensino.

Mas diante do descaso com a educação de base e do Ensino médio, torna-se necessário um reforço escolar nos cursos profissionalizantes. Mesmo que isso cause o abandono de muitos jovens. Chegará o momento em que compreenderão a importância de se adquirir mais conhecimento em qualquer formação escolar.

Isso reflete o grau de abandono que está o Ensino médio, que há anos está sofrendo com a falta de proposta de melhoria e de investimento para melhor capacitar os jovens para o mercado acadêmico. Como solução, o Estado propôs o ensino

profissionalizante, mas não avaliou o nível educacional desse público. Ao constatar a baixa escolaridade, o baixo índice educacional, buscou uma solução auxiliar, ao invés de aprimorar e qualificar o ensino. Prática comum de quem não apresenta preocupação com a educação pública de qualidade.

Mas os jovens necessitam ampliar o seu conhecimento, afinal, há outras áreas de maior interesse de atuação dentro e fora da cidade. Diante disso, a parceria escola-Senac, não deve ser restrita e nem limitada.

Segundo Manfredi, (2002, p. 204), As grandes empresas estatais brasileiras desenvolvem seus próprios sistemas de treinamentos e de capacitação para o trabalho. Multiplicam-se por todo o País políticas de formação em serviço com tais objetivos, muitas efetivadas com a colaboração do Sistema S e outras, mediante a contratação de empresa especializada na formação de recursos humanos. (Manfredi, 2002, p. 205).

As empresas formam, capacitam, pois têm um propósito: aperfeiçoar o conhecimento dos seus funcionários, pois desejam ter um serviço de excelência. Já as escolas não apresentam uma proposta mais convincente porque formam, pois, mesmo tendo as parcerias das empresas locais em sua base de implantação inicial, não garante a indicação nem direcionamento dos jovens para o mercado de trabalho.

Na educação escolar, convêm citar a parceria que houve entre algumas empresas de médio porte da cidade e o Senac, em que algumas empresas pagaram a inscrição para alguns jovens estudarem no Senac. Essa parceria, mesmo que limitada a alguns poucos jovens, já incentivou a busca pela capacitação. Essa parceria entre setores público e privado, com o intuito de dar credibilidade e um direcionamento ao curso de formação profissional na escola, deve ser contínuo, e incentivado principalmente pelo setor privado. Afinal, se a proposta é atender a classe menos favorecida, e os cursos do Senac são pagos, nada mais justo do que os empresários patrocinarem essa formação extra-escolar.

Além disso, a escola de ensino regular, mesmo assumindo uma formação profissional técnica por si mesma, já demonstrou ineficiência nessa formação. O Estado deve sempre fazer parcerias com entidades particulares.

Como afirma Manfredi (2002),

as políticas e as iniciativas desenvolvidas na diferentes épocas resultaram da combinação de interesses de grupos sociais e das relações de aproximação/distanciamento entre o Estado e a

sociedade civil. Sem essa parceria, a possibilidade de êxito parece distante. (Manfredi, 2002, p. 209).

O Estado deve catalogar as entidades que capacitam os jovens e investir, pois elas sabem a real necessidade local do mercado. Já que não demonstra competência de atender as diversas necessidades em cada região.

Pegando como exemplo a formação profissional no projeto educativo do MST, Manfredi (2002, p. 223) diz que a formação técnico-profissional efetua-se por meio da imersão nas vivências cotidianas do movimento, por meio da participação direta nas atividades de produção agrícola, na gestão e na administração de empreendimentos coletivos e, também, por meio de atividade educativas especialmente organizadas para tais fins.

Isso demonstra a organização e metodologia usadas nesse tipo de formação. Uma formação coletiva e com fins específicos. Prática que as escolas não têm.

Outro fator que merece atenção na formação escolar é com a formação de seus educadores. Sem essa formação, não haverá uma identidade com o programa, por parte dos professores, e causará uma desmotivação no processo, não criando um vínculo entre os estudantes, nem com a disciplina trabalhada, nem tampouco com o programa.

O programa escolar de formação profissional não apresenta essa formação prévia dos professores. Selecionam os profissionais pelo currículo acadêmico, ou simplesmente por formação técnica muitas vezes, não específica da disciplina.

A formação prévia dos professores deve objetivar a garantia da compreensão da proposta político-pedagógica do programa de formação profissional, e a integração no programa.

A formação deve efetuar-se mediante cursos, oficinas, seminários, palestras, pois tanto professores quanto coordenadores pedagógicos necessitam de um tempo prévio para realizar os estudos e as atividades propostas em sala de aula. Prática comum no curso regular, porém, sendo uma novidade para ambos, professores/coordenadores e estudantes, deve ser um curso o mais atraente possível para garantir a permanência dos estudantes nas formações. Mas essa não parece ser uma preocupação do Estado.

Capítulo III
MARCO METODOLÓGICO

CAPÍTULO III. MARCO METODOLÓGICO

3.1. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para o desenvolvimento do trabalho proposto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa com enfoque baseado no método da coleta de dados, que segundo Sampieri, consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes (suas emoções, prioridades, experiências, significados e outros aspectos subjetivos). Ainda de acordo a Sampieri, a pesquisa qualitativa se fundamenta em uma perspectiva interpretativa centrada no entendimento do significado das ações de seres vivos, principalmente dos humanos e suas instituições (busca interpretar aquilo que vai captando ativamente.) (Sampieri, 2013, p. 34).

Foi utilizado também um questionário aplicado com 25 estudantes e 01 professora do curso Condutor de Turismo para espaços culturais, do turno noturno, onde foi obtido retorno apenas de 08 estudantes, e da única professora que se dispôs a colaborar com a pesquisa. Os oito estudantes foram os que concluíram o curso.

Na turma do diurno, com 20 estudantes, 06 concluíram as disciplinas, mas apenas 04, sendo mulheres, concluíram totalmente o curso, entregando inclusive o relatório avaliativo. Devido o curso Técnico em hospedagem já estar em fase final, no Estágio, o contato com as estudantes ficou comprometido. Por isso, por apenas 04 meninas terem concluído o curso, foram analisados apenas os relatórios finais que elas entregaram à escola.

Além do questionário aplicado no noturno, foram analisados também os relatórios finais dos 08 estudantes do turno noturno, que concluíram o curso de Condutor de turismo para espaços culturais, e o relatório da coordenadora SS.

Dois coordenadores (RS e MS) dos cursos do diurno também colaboraram, cedendo cada um, uma entrevista.

Devido o caráter do objeto a ser estudado, foi feita uma opção de abordagem do problema por estudo qualitativo. É uma pesquisa qualitativa considerando a relação dinâmica dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, que não podem necessariamente ser traduzidos em números.

Quanto aos objetivos, a pesquisa irá explorar as discussões bibliográficas, além de contato com pessoas ligadas diretamente ao processo de ensino: coordenadores técnicos, estudantes e professores.

3.2. ÁREA

Há uma lacuna entre o ensino regular e a formação profissional dos jovens, que precisa ser preenchida. Desde o século XIX que o tema formação profissional nas escolas é discutido pela sociedade. Para entender como se comportam os jovens nessa nova modalidade de ensino, é que buscou essa pesquisa na área da educação, voltada especificamente ao estudo da educação profissionalizante no ensino médio.

3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi desenvolvida com 02 turmas de ensino médio, do segundo e terceiro ano, sendo dos turnos noturno e diurno, respectivamente.

A turma do diurno era formada por estudantes do 2º e 3º Ano, composta por 20 estudantes. Já o segundo ano, noturno, era formada por 25 estudantes do 2º Ano. Esses foram selecionados automaticamente, pois foram os que estavam cursando no período pesquisado: o ano de 2019.

O questionário seria entregue às duas turmas, tanto do diurno quanto do noturno. Porém, a turma do diurno estava em fase final do curso, inclusive, não estava frequentando mais a escola, mesmo faltando cursar uma disciplina, pois faltava o professor.

Para não atrasar ainda mais o fechamento do curso, que já estava há alguns meses atrasado, foi antecipado o estágio. Portanto, diante da dificuldade de encontrar os estudantes, o questionário foi aplicado somente para os 25 estudantes do noturno.

Dessa turma de 20 estudantes do diurno, apenas 04 meninas cumpriram todas as etapas do curso, inclusive com o estágio e relatório. Por isso foram analisados apenas os 04 relatórios dessa turma. Uma exigência do Programa MedioTec é entregar um relatório final. O acesso a esses relatórios se deu através da coordenação.

Desses 25 estudantes, 08 responderam ao questionário e concluíram o curso, e os outros estudantes não responderam, alegando que talvez, não concluiriam o curso. O que se concretizou ao final. Muitos abandonaram no meio.

Os profissionais que colaboraram com essa pesquisa foram: 03 coordenadores, e 01 professora. Dos 03 coordenadores, 01 era homem e 02 mulheres. Esses foram, pelo acesso, os escolhidos para serem entrevistados, e por terem mais conhecimento

do programa e dos cursos aplicados. Além do que, puderam dar mais esclarecimento da proposta do programa. Enfim, as pessoas ideais para esclarecerem toda e qualquer dúvida sobre o MedioTec.

Dos 03 coordenadores, dois deram entrevistas, e uma apresentou o projeto enviado ao Governo solicitando a formação técnica, além de um relatório final do curso noturno que coordenava.

Só se teve acesso a uma única professora, que respondeu ao questionário específico aos professores. Questionário impresso, porém foi respondido e devolvido via what app. Esses profissionais serão identificados aqui pelas iniciais do seu nome.

O questionário impresso que foi aplicado à turma do noturno, e devolvidos apenas 08, foram entregues com respostas incompletas, evasivas e insatisfatórias. Esse segundo grupo havia homens e mulheres, sendo 07 homens e apenas 01 mulher. Talvez isso se deva pelo próprio tipo de curso. Foi dado mais destaque ao relatório individual dessa turma.

Desde o início da pesquisa que já foi constatado o alto índice de evasão dos cursos, tanto no turno diurno quanto no noturno, o que despertou ainda mais o interesse pela pesquisa, visto que era um anseio dos jovens uma capacitação para o mercado de trabalho.

Outro aspecto que dificultou maior acesso aos professores dos cursos foi a falta de contato com a gestora, falta de contato dela com os profissionais, e a falta de vínculo dos profissionais com a escola. A falta de vínculo não permitiu um acesso a eles, nem um conhecimento pessoal com muitos professores, que cumpriam sua função e iam para seus lares, demonstrando apenas um fazer técnico, descompromissado com os resultados, sem vínculo com os próprios estudantes. Essa postura foi confirmada pelo Coordenador (RS), em diversas situações, e reforçada durante a entrevista.

Outro fator que deve ser destacado foi a mudança, no meio do processo dos cursos, do coordenador por uma substituta, convocada pela escola, sem experiência, sem formação específica, e sem conhecimento técnico para coordenar os programas de formação profissional.

Esses foram alguns dos impasses para desenvolver um projeto de pesquisa que levasse a um resultado mais eficaz e satisfatório.

Para desenvolver essa pesquisa, o enfoque adotado foi o Empírico-Analítico, pois buscou analisar relações causais, avaliou o impacto de variáveis, a idade e o

nível de escolaridade dos jovens atendidos, a renda mínima da família para atender aos candidatos, e o teste das hipóteses.

Utilizou ainda a abordagem qualitativa, à medida que avalia a qualidade dos cursos oferecidos nas escolas estaduais, aos jovens de baixa renda, na faixa etária dos 15 aos 20 anos de idade, do Ensino Médio.

Foram feitas várias visitas ao CERPV, vários contatos via whats app, e presenciais com os Coordenadores (RS e MS) para ter acesso a outros relatórios e documentos que pudessem auxiliar nas informações e análise dos dados, além de entrevistas a eles.

Os resultados nem sempre atendidos, pela dificuldade de colaboração da classe docente. Mas no geral, os documentos apresentados e as entrevistas cedidas pelos Coordenadores RS e MS foram satisfatórios para conclusão da pesquisa.

A falta de interação com todos os professores não teve consequência danosa à pesquisa, pois a maior investigação foi com base nos relatórios dos estudantes.

3.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHIMENTO DE DADOS

Esta fase da pesquisa foi dividida em partes no sentido de facilitar o estudo. Deste modo como objetivo geral, tentou-se analisar a relação entre ensino médio e técnico na perspectiva da trajetória estudantil no mercado de trabalho. Buscou saber como está a demanda de ocupação dos jovens no mercado de trabalho, após a capacitação do programa Mediotec, se o Ensino técnico profissionalizante permitiu um maior interesse no estudo por parte dos estudantes, e se a qualidade da educação melhorou com o ensino técnico.

Nesta seção serão discutidos os dados coletados pelos instrumentos de coleta de dados da pesquisa _ questionário, entrevista e relatórios. Com esta análise, é possível verificar se a formação técnico-profissionalizante favorece a melhoria da qualidade da educação do Ensino Médio e se impede a evasão escolar.

Será apresentada a análise dos resultados a partir dos dados levantados pelo questionário, entrevista e relatórios.

Os instrumentos utilizados e aplicados para coleta de dados foram o questionário, entrevista e análise documental. O questionário e as entrevistas foram aplicados no segundo semestre de 2019. Os relatórios foram lidos e analisados no primeiro semestre de 2020.

O questionário com perguntas objetivas e subjetivas, abertas e fechadas, foi aplicado aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio, e foi a técnica utilizada na coleta de dados de 08 resultados devolvidos. A leitura minuciosa das respostas foi a base da análise dos resultados.

O questionário seria aplicado aos estudantes do diurno, porém, como eles já estavam em fase final do curso, em período de estágio, não foi possível aplicar o questionário a essa turma.

Mesmo em fase de estágio, cumprindo um regulamento do curso, os estudantes precisavam ainda concluir algumas disciplinas que faltaram por falta de professores. Portanto, eles ficavam no estágio em um período, e no outro, estavam estudando no ensino regular.

Sem frequentar a escola no turno do curso técnico, dificultou o contato com a turma. Mas não houve consequência negativa, pois muitas das perguntas do questionário foram respondidas através do relatório final entregue à escola, que foi disponibilizado pela Coordenadora MS.

O questionário com perguntas objetivas e subjetivas, ainda foi aplicado a uma professora (AV) que respondeu, porém de forma evasiva, com poucos detalhes, sem muita informação, demonstrando desconhecer com mais profundidade o programa MedioTec. Deixou claro que o interesse era apenas no pagamento tanto dos professores, quanto dos estudantes, como um programa assistencialista.

A entrevista foi realizada com dois Coordenadores dos cursos (RS e MS), em fases diferentes: uma no começo dos cursos e a outra já no final, com perguntas mais subjetivas, com o intuito de adquirir as opiniões dos entrevistados, a partir de tema pré-definido, sobre a formação técnico-profissionalizante no ensino médio.

Como era previsto, o coordenador RS apresentou respostas mais completas e objetivas, considerando o tempo na função, e maior conhecimento do programa de formação profissionalizante nas escolas de Ensino médio, por ter mais experiência, inclusive na coordenação de outros cursos técnicos em outros municípios, há mais tempo.

A segunda entrevistada, já no primeiro semestre de 2020, apresentou respostas pouco satisfatórias, apresentando mais documentos do que respondendo às perguntas, devido o seu pouco conhecimento do programa e dos próprios cursos. Nada que dificultasse o projeto, afinal o primeiro coordenador foi primordial nas principais informações para desenvolver a pesquisa, pela sua vasta experiência como

coordenador de projetos técnicos profissionalizantes, e ser também professor de outro município, inclusive de curso técnico, foi Gestor escolar por diversos anos, também em outros municípios.

3.4.1. Análise documental

Foi realizada uma análise dos documentos técnicos apresentados pela coordenadora MS que possibilitou conhecer, entender e compreender a estrutura e aplicação dos cursos técnicos do Programa MedioTec, no Centro Educacional Renato Pereira Viana afim de alcançar os objetivos específicos.

Além disso, foram analisados 08 relatórios finais dos estudantes do Eixo tecnológico Turismo, hospedagem e lazer, do curso Condutor de turismo para espaços culturais, do turno noturno, e 04 relatórios finais do curso Técnico em hospedagem, um relatório final da coordenadora SS. Essas análises possibilitaram coletar dados relevantes para a pesquisa e chegar às conclusões sobre a aplicação de cursos técnicos profissionalizantes nas escolas de Ensino Médio.

3.5. Análise das respostas do questionário

A pergunta de número 01 buscou saber a avaliação que os estudantes fazem do programa MedioTec, considerando a alta procura dos cursos por eles, inicialmente, e a alta evasão, e se as respostas são compatíveis com os relatórios descritivos finais. A avaliação do programa foi bastante negativa, sendo compatível com os relatórios, vazios de críticas. As respostas revelam que o programa foi avaliado de regular a ruim, sendo apenas uma avaliação boa.

A segunda pergunta buscou saber o que os motivou a participar do programa. As respostas em sua maioria foram: oportunidade de emprego, em seguida, conhecimento, e apenas um, declarou ser o interesse pelo dinheiro.

Essas respostas deixam claro que desde o princípio, a busca pelos cursos não foi o dinheiro, mas a oportunidade de adquirir mais conhecimento para alcançar uma vaga de emprego no mercado.

A terceira pergunta foi saber a opinião sobre a forma de seleção do programa MedioTec. As respostas variavam de eficiente, ineficiente, inacessível e apenas uma considerou a seleção satisfatória.

As respostas confirmaram as dificuldades de acesso que muitos tiveram no período de inscrição, o que contribuiu para o desestímulo muitos estudantes. Além disso, houve pouca divulgação nas salas, comunicação ineficiente por parte da Direção da escola, pouco ou nada esclarecedora, falta de acesso inicialmente aos computadores para efetuarem as inscrições, não demonstrando ser uma seleção muito democrática. A seleção fez jus ao número de inscritos, pela falta de clareza e transparência da escola na seleção tanto dos estudantes quanto dos professores.

A quarta pergunta fez referência ao material didático. Metade considerou que o material foi acessível e suficiente para todos, e metade considerou o contrário: inacessível e insuficiente.

Essa pergunta feita no início do curso teve essas respostas, considerando que os estudantes não fizeram uma avaliação crítica do programa, a contar do material didático. Os professores levavam apostilas impressas de material coletado na internet, sobre o curso, pois o programa não disponibilizou material didático para nenhum curso aplicado na escola, e nenhuma turma. Isso demonstra que não houve uma preocupação do programa em criar uma metodologia ou didática seqüenciada, que pudesse esclarecer melhor sobre o curso desenvolvido.

Os professores nesse sentido, não puderam desenvolver aulas atrativas e exploratórias, visto que não sabiam a dinâmica do programa, nem a didática a ser seguida. Aplicaram conteúdos aproximados do tema. Mais uma questão que comprova a ineficácia dos cursos ofertados pela escola.

A quinta pergunta completa a anterior, quando questionou se o material didático era esclarecedor, se tinha qualidade, e se atendia aos objetivos do programa. As respostas foram unânimes em dizer que não. O que facilitou a compreensão de alguns conteúdos foi a metodologia utilizada por alguns professores. Mais uma vez o material didático se torna um fator importante para a aprendizagem, principalmente conter um planejamento, uma sequência didática, informação e a filosofia, o objetivo do programa.

Material que fez muita falta no processo educativo, no que tange a formação específica da formação técnica.

A sexta pergunta buscou saber o conhecimento dos estudantes acerca dos objetivos do MedioTec. Muitos afirmaram: formar novos técnicos, capacitar jovens do Ensino médio para o mercado de trabalho, e um alegou não saber. As respostas limitadas deixam claro que não houve um esclarecimento, uma discussão prévia sobre a implantação do programa, seus objetivos, seu desenvolvimento, os encaminhamentos dados durante e após o término dos cursos. Isso fez com que os estudantes não dessem o devido valor, a devida importância às formações, ao conhecimento adquirido, se evadindo.

Ao perguntar se saíam capacitados para o mercado de trabalho, muitos acreditavam que sim, mas apresentaram receio, ao acompanhar o andamento das aulas, e a falta de material didático. Poucos entendiam a importância dessas capacitações ofertadas pelo governo.

Mesmo entendendo o problema da falta de material didático, que não era bem adequado ao curso, não tiveram maturidade para avaliar adequadamente os professores, ao afirmarem que eles atenderam ao objetivo do programa. Mas para eles o único objetivo do MedioTec era apenas capacitar tecnicamente para o mercado de trabalho. E como não sabem exatamente o conteúdo a ser adquirido, qualquer informação recebida foi bem avaliada.

Ao perguntar a opinião deles sobre o programa de capacitar os jovens no Ensino médio para o mercado de trabalho, foi considerado importante e bom. Apenas uma estudante frisou a importância de um investimento maior em cursos de preparação para o ingresso na universidade. Essa resposta em especial, deixou claro que o Estado está tentando qualificar o ensino médio com cursos técnicos, porém, deixando a desejar na formação para o universo acadêmico. Muitos estudantes consideram importante a formação profissional, mas como uma facilidade de ingressar no mercado de trabalho, visando conseqüentemente, uma estabilidade financeira, o que vai possibilitar um avanço nos estudos, uma comodidade maior.

Ao invés do Estado investir em cursos técnicos, poderia investir em mais universidades em diversas cidades, facilitando a continuação do estudo nos cursos acadêmicos, e incentivando abertura de empresas para absolverem a mão-de-obra qualificada. Como foi afirmado por uma estudante, investir apenas em curós técnicos, ainda por cima sem qualidade, só manterá os jovens nos subemprego.

Foram unânimes em afirmar que a duração do curso de dois anos é suficiente para que eles saíam capacitados para atenderem ao mercado, e que todos tiveram

bom desempenho das atividades propostas. Ao analisar essas respostas e comparar com os relatórios, principalmente sobre o bom desempenho, é fácil compreender essas respostas satisfatórias, visto que eles se basearam muito nas aulas práticas finais.

Mesmo sendo uma etapa mais curta, porém prática, eles consideraram suficientes para assimilarem e atenderem a uma demanda. Porém, o lado teórico deixou a desejar: pouca discussão, pouca informação, informação vaga, não específica dos cursos, não objetiva, como já foi informado anteriormente, pela falta de um planejamento inicial do objetivo e meta da proposta.

Muitas faltas não foram contabilizadas, ou foram omitidas por alguns professores, que não queriam “prejudicar” o estudante no que tange ao pagamento da bolsa. Pois, se houvesse falta do estudante, aquele dia deveria ser descontado no pagamento.

Essas atitudes reforçam a proposta assistencialista do programa, e a falta de compreensão de muitos professores da importância de se cobrar mais participação dos estudantes, mais compromisso e responsabilidade, pois estes deverão ocupar uma vaga de emprego, e precisam estar a altura do cargo.

Essa atitude reforça um estudo decadente, facilitado, que os estudantes concluem um ensino, mas não apresentam a menor eficiência ou habilidade para áreas intelectuais. A falta de uma cobrança na qualidade do estudo, a má formação escolar por parte dos professores, cada vez menos preocupados com o intelectual dos jovens, está formando cada vez mais analfabetos funcionais, estudantes que mesmo com um diploma na mão, não têm as habilidades mínimas exigidas para qualquer área; seja ela acadêmica, ou profissional. E quando estes formandos conseguem ocupar uma vaga de emprego, é sempre em área subalterna, aquela que não exige reflexão. Apenas uma ação repetitiva, mecânica.

Uma escola não pode desenvolver uma ideologia de submissão, de falta de reflexão crítica entre os jovens. Pelo contrário; a escola deve ser a porta de entrada para estimular o pensamento crítico, e a incentivar cada vez mais para o progresso social. A escola deve continuar com sua filosofia de despertar o cidadão para seu papel crítico e ativo na sociedade, contribuindo para o bem estar coletivo e individual.

Ao refletir sobre o questionário e suas respostas, confirma-se ainda mais a fragilidade e a ineficácia com que o programa foi apresentado aos estudantes.

Capítulo IV
MARCO ANALÍTICO

CAPÍTULO IV. MARCO ANALÍTICO

4.1. Análise e discussão dos resultados.

Entraves na implementação e aplicação do MedioTec no Ensino Médio na cidade de Lençóis-Ba

A educação vem sendo discutida há muito tempo pelo desgaste do método, principalmente no Ensino Médio. Com alto índice de evasões, desistências e aumento do analfabetismo funcional, os especialistas buscam inovar o sistema e o método de ensino.

Os jovens cada vez buscam trabalhar mais cedo, muitas vezes, em sua maioria, para ajudar na renda familiar. Diante disso, abandonam a escola, muitas vezes no início ou no meio do estudo, no último ano de concluir o ensino médio. Esse abandono além de ser uma perda muito grande para o estudante e para a sociedade em geral, é um gasto do Estado, que não tem o devido retorno do valor investido. Não quer dizer com isso que o investimento do Estado seja satisfatório, mas não deixa de ser um desperdício do dinheiro público em investir em um grupo de estudantes, e não ter o retorno esperado.

Muita evasão, péssimos resultados no índice de avaliação do ensino, uma massa de analfabetos funcionais na sociedade, uma baixa ocupação do mercado de trabalho qualificado, uma necessidade cada vez maior do Estado em ter o jovem trabalhando cada vez mais cedo, fez com que houvesse uma mudança no ensino.

Uma proposta apontada como solução do problema da baixa qualidade do ensino, e redução da evasão, foi implantar o ensino em tempo integral, inclusive no ensino médio. Porém, mesmo com essa ação, a escola precisa aceitar o programa, se inscrevendo para ter o ensino técnico. Não é uma implantação direta em todas as escolas.

Essa proposta de deixar a escola optar se aceita ou não o ensino integral, já deixa uma lacuna e um empecilho para que o projeto tenha êxito e continuidade. Outro fator que levou muitas escolas a não aceitarem o projeto de ensino integral foi justamente a falta de estrutura física, e de profissionais qualificados para tal ação.

Outra proposta para atender indiretamente ao programa do ensino integral, e tentar melhorar os índices da educação dos jovens, foi implantar cursos técnicos

profissionalizantes. Os cursos surgiram com o objetivo de evitar evasões escolares, manter o estudante por mais tempo na escola, concluindo o Ensino médio, melhorar a qualidade do ensino, formar para a cidadania e capacitar para o mercado de trabalho.

Os cursos que deveriam atender aos interesses dos jovens, não atendem. A escola analisada fez um levantamento entre seus estudantes e professores, para saber as áreas de seus interesses, para serem capacitados. Foram apontados pelos estudantes, cursos nas áreas tecnológica, industrial, de computação, entre outras. Ao ser encaminhada a lista de propostas de cursos de interesse dos estudantes ao Estado, responsável pela contratação e pagamento dos profissionais, a resposta não foi satisfatória.

Com o argumento de atender ao mercado interno, e por a base da economia da cidade de Lençóis-Ba ser o Turismo, foi escolhida a área de turismo, onde os cursos têm um investimento mais barato e a possibilidade de encontrar profissionais mais próximos, é mais fácil. A regra é: mais facilidade e menos custo.

Uma combinação perfeita para o Estado, que não investe em cursos mais elaborados, técnicos, eficazes, promissores, que atenderiam muito mais aos estudantes. Atenderiam muito bem os objetivos que levaram a essa opção de cursos técnicos profissionalizantes, principalmente a permanência do jovem na escola concluindo o Ensino Médio, com mais capacidade intelectual e mais preparo para a sociedade.

O ensino profissionalizante mais técnico, na área de informática, por exemplo, além de atender aos interesses dos estudantes, se bem trabalhado, com investimento adequado, possibilitaria uma dedicação maior no estudo, por já ser do cotidiano dos jovens.

O ensino regular, almejando uma melhor qualidade de ensino, mantém suas metodologias no mesmo formato, com suas 12 disciplinas, com seu horário fixo de aulas de 50 minutos cada, podendo ser de 100 minutos uma disciplina, com aulas expositivas, tendo como foco principal, as disciplinas de Português e Matemática.

O ensino técnico-profissionalizante, em turno oposto, se apresentando como inovação, mantém a mesma estrutura do curso regular, diferenciando apenas na quantidade mínima das disciplinas básicas, com disciplinas específicas de cada curso.

Mais uma vez, há uma falta de diálogo entre os setores, que não discutem uma parceria e metodologia conjunta, em que o curso técnico ficaria apenas com as disciplinas específicas, técnicas, e o ensino regular, aumentaria sua cobrança nos conhecimentos básicos complementares aos cursos técnicos. Como exemplo, os estudantes têm aulas regulares em um turno de Português, Matemática, História, entre outras, e o curso técnico repete até mesmo os conteúdos que os estudantes estão vendo no regular.

Tudo isso porque não há um diálogo, nem um planejamento conjunto, pensado para o sucesso e permanência do jovem na escola. Essa repetição dos conteúdos nas aulas, desmotiva, pois muitas vezes, é a mesma professora, usando a mesma metodologia, os mesmos conteúdos.

No pensamento de uma das professoras, a repetição torna-se um reforço, considerando que os estudantes não aprenderam no ensino regular. Mas no pensamento do estudante, a redundância causa desmotivação, desistência e evasão. Como foi dito por diversos estudantes, “a professora não muda nem no exemplo do assunto”, aquela mesma aula chata da manhã/tarde.

O método de ensino não pode ser o mesmo nos cursos técnicos. Esse é mais um exemplo do que está causando a desmotivação para estudar, seja no ensino regular, seja no técnico. Afinal, quando o jovem busca um ensino técnico, ele está buscando uma nova formação, específica, e fugindo desses conteúdos regulares, que não despertam mais interesse nele.

O jovem que busca uma formação técnica já demonstrou que não quer estudar conteúdos básicos de Português, Matemática, Geografia, Filosofia, etc. Essas disciplinas podem ser trabalhadas, ao surgir a necessidade dentro da própria formação. Mas para isso, para ser explicada no momento oportuno, surgido ou criado pelo professor, precisa haver um melhor planejamento. Se não planejar, acontecerá o que aconteceu nos dois cursos avaliados até o momento: evasão dos estudantes.

A trajetória dos estudantes ao longo do tempo, com o aumento do uso do celular, da tecnologia da computação, dos games, dos aplicativos, mostra que o método de aula expositiva, sem a participação dos jovens no processo de aprendizagem, só favorece ao distanciamento pela busca do conhecimento. O jovem precisa estar integrado no processo de aprendizagem, protagonizar na busca do saber. E esse saber pode e deve ser direcionado pelos profissionais qualificados.

O conhecimento escolar precisa estar na pauta da aprendizagem, pois se a escola quer capacitar o jovem para o mercado de trabalho, e para uma formação conjunta melhor, onde o jovem possa escolher entre o trabalho ou a continuação do estudo, na área acadêmica, ele precisa estar preparado. O ensino técnico não pode limitar os estudantes nesse sentido.

Mesmo considerando que os cursos técnicos visam uma classe menos favorecida economicamente falando, da sociedade, o ensino não pode limitar as possibilidades dos jovens. Eles precisam ter a base mínima de conhecimento.

A escolha não deve ser direcionada ou feita pela escola, professores, ou pelo Estado, e sim pelo próprio jovem. A escolha deve ser livre para a continuidade do estudo, seja se especializando mais na área técnica, seja no processo de empreendimento, seja na formação acadêmica. Uma formação não pode limitar, nem sobrepor a outra. O ensino deve possibilitar escolhas.

O estudante que busca o ensino profissionalizante é aquele que não vê motivação no ensino regular, não cria expectativas em um futuro promissor por meio de atividade voltada ao intelectual.

Falando em métodos de ensino, cabe aqui relatar a experiência adotada pelo Centro Educacional Renato Pereira Viana, no decorrer dos seus 3 anos de implantação dos cursos.

Ao analisar os relatórios finais do Curso técnico em hospedagem, realizado com as estudantes oriundas do Ensino Médio, do turno diurno, foi percebido que elas entenderam a importância de se ter uma qualificação profissional para conquistar uma vaga de emprego no mercado de trabalho. As estudantes destacaram muito a importância do estágio supervisionado no processo como oportunidade de experimentar profissionalmente, na busca de práticas de ensino e de outras técnicas que foram aplicadas.

Em um estágio supervisionado que teve uma carga horária de 140 horas, realizado entre 03 de abril a 6 de maio de 2019, priorizou atuação das jovens nas áreas de recepção, restaurante, lavanderia e governança, segundo elas, visando eficiência na atuação turística.

Acredita-se que o estágio permite obter conhecimento através de um aprendizado técnico e humano, com o objetivo de observar e aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas estudadas. Acredita-se que atenderam as necessidades da empresa e os delas, através das experiências vividas.

Em um curso que teve 20 estudantes matriculados, e apenas 5 concluíam, e uma ainda não entregou o relatório final, e analisando os 4 relatórios, e a classe social a que pertencem as estudantes, classe baixa, em sua maioria, pertencentes a famílias que fazem parte do Programa Bolsa família, conclui-se que o fator que as impulsionou a concluírem o curso foi o recurso financeiro recebido, e a possibilidade de certificação para garantir a contratação no mercado de trabalho.

O outro curso, Condutor de turismo em espaços culturais, desenvolvido no noturno, com os estudantes que já trabalhavam, em sua maioria, o resultado a partir do relatório final, foi ainda mais surpreendente, pois demonstrou um papel submisso, pois visaram apenas uma nova experiência, um reforço no conhecimento já adquirido na prática, para aplicar no dia -a -dia do trabalho.

Ambos os cursos e as experiências, sendo a noturna ainda mais ineficiente, proporcionaram uma prática submissa aos jovens. Entendendo que o nível intelectual dos estudantes do noturno é mais baixo, pela defasagem, descontinuidade do estudo, e por ser considerado um grupo de pessoas necessitadas de apoio educacional e afetivo, a cobrança e prática dos resultados não foram satisfatórias. Os estudantes não tiveram uma capacitação adequada, nem de teoria, nem da prática exigida. Isso faz com que a qualidade do curso seja questionada.

Quanto ao curso desenvolvido com os estudantes do diurno, a qualidade das informações não foi adequada, foi insuficiente, com uma qualidade questionável, a começar pela falta de professores para várias disciplinas, tendo às vezes um professor de outra área de formação atendendo, para não deixar vago o período, e não desestimular mais ainda os jovens.

Qualidade questionável, professores insuficientes, material inadequado, insuficiente, de má qualidade, escola sem a menor estrutura técnica para atender aos cursos, falta de investimento tanto do Estado quanto da escola, má gestão educacional, desestímulo dos profissionais e dos estudantes, tudo isso favoreceu para uma formação profissional decadente e insuficiente para que o jovem ingresse no mercado de trabalho com qualificação necessária.

Mas isso para o Governo não há muita importância, pois há muitos anos que a educação de qualidade não tem um destaque nem relevância para os órgãos competentes. A começar pela “votação” dos gestores, da falta de acompanhamento e fiscalização do trabalho deles, falta de avaliação constante da atuação, falta de visita in loco das escolas, que muitas vezes estão sucateadas, sem a menor estrutura física

de desenvolver aulas regulares, muito menos cursos técnicos profissionalizantes. Além disso, há uma carência muito grande de professores para as aulas regulares. Para cursos técnicos profissionalizantes, torna-se ainda mais difícil atender a demanda dos cursos.

Coordenadores e os professores não tiveram nenhuma formação para atenderem a dinâmica do programa, e muito menos dos cursos a serem desenvolvidos.

A falta de capacitação desses setores afeta diretamente na motivação dos estudantes e aplicação dos cursos, pois um bom desempenho escolar depende quase que exclusivamente do investimento e capacidade e motivação da equipe técnica.

Um curso desenvolvido em uma escola, onde a gestão não teve muito conhecimento, não demonstrou muita habilidade técnica, não demonstrou muito interesse em apoiar o Coordenador, que no começo se via sozinho, e sem apoio técnico para desenvolver trabalhos simples de impressão de apostilas, por exemplo, não poderia fazer um trabalho melhor. A gestão não compreendeu que deveria dar apoio técnico ao coordenador, que ele não estava submetido a ela, apenas deveria ter o apoio, pois é independente na ação, porém, é coletivo o trabalho, já que o curso é aplicado pela e na escola. Essa foi uma das más interpretações que favoreceram um descrédito dos cursos.

Outro fator que deve ser analisado, seja por imaturidade, seja por ineficiência dos cursos, em momento algum foi despertado o interesse em empreender. Todas elas, por unanimidade, despertaram o interesse apenas em ocupar uma vaga de emprego, e não abrir seu próprio negócio.

Diante dos objetivos iniciais do Programa Mediotec, de manter um ensino concomitante ao ensino regular, garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda, e a promoção da permanência do estudante na escola evitando a evasão, através da assistência estudantil, valor pago aos estudantes dos cursos técnicos pelo MEC, vale ressaltar que esses objetivos não foram alcançados, exceto o ensino integral, visto que os poucos estudantes que concluíram os cursos técnicos, estavam frequentando a escola regularmente. Fala-se temporariamente, pela má qualidade do curso técnico, e pelas diversas aulas não lecionadas por falta de professores, ou lecionadas de forma vaga, apenas para manter o cronograma de aulas, com professores não habilitados para a área.

Após os cursos já concluídos, os jovens estudantes não demonstraram aptidão para ocupar o mundo do trabalho e renda, não foram contratados para as áreas em que se formaram nos cursos técnicos, não evitou a evasão escolar, mesmo que tenha sido no curso técnico profissionalizante, e até mesmo no regular.

Isso demonstra uma ineficácia dos cursos, necessitando uma avaliação de sua metodologia, de suas técnicas, qualidade e tipo de cursos ofertados, e como afirmou uma Professora e Coordenadora do curso de Turismo SS, que diz que “um curso de três meses deveria acontecer de forma menos burocrática e oferecer maior acessibilidade a comunidade em geral e não apenas priorizar os estudantes que já estão na escola. A oferta poderá ser para o ensino noturno pois estamos tendo grande evasão e grande número de jovens e adultos fora da escola e com a escolaridade mínima, incompleta. Desde o nono ano observa-se grande evasão escolar numa progressão assustadora a cada ano. Portanto, precisamos intervir de forma emergencial, criando estratégia de intervenção para o turno noturno, além de que a oferta de turno e perfil das inscrições devem ser demandas pela própria escola pois só ela conhece as necessidades locais”. (SS, 2019).

As ofertas de cursos precisam atender as necessidades dos estudantes, e da escola, assim como da sociedade, que como afirmou a professora acima, é quem conhece as necessidades locais. Portanto, isso comprova que esse foi um fator preponderante para o fracasso dos cursos técnicos do CERPV: o não atendimento dos interesses dos estudantes, da demanda da escola.

Pelos relatos, pode-se concluir que o que motivou as 04 jovens a concluírem o curso foi a possibilidade de serem empregadas na área após a capacitação, o que não aconteceu. Elas não tiveram suas formações reconhecidas para serem empregadas, nem mesmo nos locais onde fizeram o estágio.

Considerando a baixa qualidade da formação, o interesse das 04 jovens ao final, passou a ser o pagamento das mensalidades, a assistência estudantil paga pelo MEC. Ao final, esse foi um dos argumentos que levou as 04 jovens a concluírem o curso de Turismo e hotelaria, segundo relatos, já que não tiveram boa formação.

Isso demonstra que os jovens estão mesmo interessados em uma formação de qualidade. Estão em busca de uma qualificação que os leve a ocupar os espaços na sociedade.

Prova disso é que nem uma renda mensal foi capaz de segurar os jovens no curso. Um fator que poderia pesar na escolha de permanecer estudando,

considerando a baixa renda dos estudantes, não foi capaz de garantir um sucesso de formação profissional.

Um detalhe importante disso tudo é saber que os jovens estão com um nível elevado de cobrança, um nível de consciência maior de suas necessidades, e mostrando para a escola e para o Estado que não basta ofertar um curso sem dar o devido suporte técnico. Precisa de número suficiente de professores capacitados, com possibilidades reais de uma formação de qualidade para atender a um anseio do jovem, de ocupar de forma competente o mercado de trabalho.

Ao ofertar cursos profissionalizantes, a escola criou uma expectativa muito grande nos estudantes. Houve um número alto de inscritos nos cursos, e no final, o que deveria ser um atrativo, um diferencial para assegurar o estudante na escola, e dar-lhe uma oportunidade de ensino melhor, inovador, transformou em uma frustração dos jovens, que não tiveram seus objetivos alcançados.

Os que desejavam uma prática mais eficiente, ficaram decepcionados. Porém, não poderia ser diferente; muita teoria, considerando a área de atuação: turismo cultural e local, e meios de hospedagem. Nesse caso, a técnica fica mais limitada.

Quanto ao programa Educação de Jovens e Adultos – EJA é outro programa que não apresentou muito resultado, pois na teoria se pretende uma coisa, e na prática o Governo não apresenta as condições mínimas necessárias para um bom rendimento dos jovens estudantes. O programa que visa atrair jovens na faixa etária de 15 aos 18 anos de idade, em defasagem de série escolar, seja para o fundamental, seja para o ensino médio, não dá condições para uma boa formação escolar, não pode esperar um resultado satisfatório desse jovem no mercado de trabalho.

Há um índice alto de desempregados no Brasil, mas há uma vasta procura por pessoas para ocuparem as vagas pelas empresas. Mas o que impede de haver uma equalização da procura e da oferta é justamente a falta de capacitação profissional específica, para ocupar essas vagas.

As escolas, que na visão do Governo, deveriam capacitar para o mercado profissional, não fazem um trabalho eficiente, uma formação eficaz, justamente pela falta de apoio e de estrutura. E o Estado, setor competente, que deve capacitar, transfere a responsabilidade para as escolas, que já demonstrou não ter capacidade técnica.

Os péssimos resultados apresentados pela escola pesquisada, da baixa adesão aos cursos técnicos, ao baixíssimo número de estudantes que concluíram os

cursos, apenas 08 em um curso, e 05 em outro, já foi comprovado que as escolas não têm competência de formar profissionais para o mercado de trabalho.

Ao analisar a participação do Senac no processo de apoio na implantação dos cursos no CERPV, percebeu-se que quando os estudantes apadrinhados, fizeram os cursos do Senac, a adesão foi melhor, o resultado e a participação foram mais satisfatórias e produtivas, visto que todos que iniciaram, concluíram com um bom aproveitamento, segundo a Coordenadora local. Uma das razões para o sucesso, foi a qualificação dos professores, a formação específica na área do curso ofertado, a regularidade das aulas, a prática oferecida nos cursos, e ao final do curso, o registro dos nomes dos estudantes no banco de dados do Senac, para futuras indicações para empresas.

Diante das análises, foi constatado que o terceiro setor atende muito bem a função de capacitar, de formar em diversas áreas, em diversos setores. O terceiro setor atende com eficiência a uma necessidade tanto dos jovens quanto do mercado de trabalho, pois tem ampla oferta de cursos, tem capacidade de aulas práticas, conhece empresas que possam se beneficiar com essa nova mão-de-obra qualificada, pode indicar os jovens recém-certificados às futuras vagas de emprego.

Mesmo com todos esses requisitos, o terceiro setor sente a carência da sociedade educacional com uma melhor formação escolar, seja na fala, seja na escrita, seja no comportamento, nos relacionamentos sociais, no conhecimento cultural dos jovens, entre outros.

Isso demonstra que a escola precisa investir realmente na capacitação intelectual dos jovens. O esforço precisa ser para que os estudantes tenham uma base melhor de formação didática: saber ler, escrever, saber se comunicar bem com o próximo, tanto na escrita e na fala, precisa aprender bons comportamentos sociais, apresentar um vasto conhecimento em várias áreas, inclusive, cultural. Ler no sentido de interpretar e entender as ideias contidas no texto, além de saber fazer críticas construtivas. Essas falas são reforçadas pela Coordenadora do Senac local.

Faz-se necessário e urgente um investimento do Estado na formação profissional dos jovens, principalmente o lençoense, pois a falta de oportunidades está provocando há um tempo, êxodo urbano, a saída para outras cidades, principalmente as capitais brasileiras, em busca de empregos, e até mesmo para a continuação dos estudos. Afinal, muitos jovens querem mesmo continuar com os estudos acadêmicos.

Como consequência desse êxodo urbano, está dando espaço para novos “ colonizadores” que invadem a cidade, exploram a riqueza - o turismo, e conseqüentemente a mão-de-obra barata e desqualificada dos mais jovens, pagando um preço abaixo do praticado no mercado.

A chegada em massa de pessoas de fora em busca de enriquecimento causa perda da identidade cultural, social, e econômica, muda o estilo de vida dos moradores, a personalidade, promove conseqüências drásticas com o surgimento das drogas e uso desenfreado, principalmente pelos menos escolarizados.

Os jovens precisam ser despertados para ocuparem seus espaços de poder. Isso impedirá o aumento cada vez maior dessa “colonização”, dará uma valorização maior à cidade, sua gente, sua cultura, sua identidade, que já está se perdendo com tantas invasões de pessoas oportunistas.

O mundo capitalista deve pensar no lucro, mas também no lado social, cultural, no bem estar coletivo, e não só na riqueza de poucos.

Uma cidade com o potencial turístico como Lençóis Bahia, na Chapada Diamantina, com tanta riqueza natural, não pode ter seu povo explorado, principalmente por quem nada ou pouco acrescenta.

A cidade precisa investir em cursos técnicos profissionalizantes e a continuidade dos estudos acadêmicos para garantir a existência e a continuidade da cultura identitária e das futuras gerações, já tão ameaçadas pelo êxodo urbano, redução de grupos culturais, idas sem voltas de jovens que saem para estudar faculdade e poucos retornam para investir e beneficiar a cidade.

O Estado, assim como a cidade, precisa criar políticas públicas educacionais que estimulem e favoreçam a permanência dos jovens na cidade com capacidade e competência de investimentos.

A educação profissional deve acima de tudo considerar a formação dos estudantes. O ensino precisa ter uma formação mais elaborada. Precisa estruturar um currículo adequado aos cursos profissionalizantes, pensado para capacitar melhor os estudantes.

Os candidatos que buscam uma formação profissional geralmente não apresentam um domínio elevado de alfabetização, ou são os chamados analfabetos funcionais; aqueles que sabem ler com dificuldade, mas não sabem interpretar. A consequência de priorizar apenas a formação técnica, sem atentar a essa questão, é reforçar essa má formação deficitária de muitos jovens.

A falta de uma formação básica adequada impede do jovem de ter uma ascensão social, visto que o crescimento social está diretamente ligado ao alto nível de escolaridade.

Para que seja implantada uma política educacional que realmente funcione, é preciso que a escola se perceba, se veja como estrutura motivadora e capaz para isso. Se a escola não se entende como meio de avanço e mudança de uma sociedade, não se avalia constantemente, suas práticas, seu currículo, suas metas, seu projeto político pedagógico, dificilmente haverá mudança, progresso e melhoria no ensino, principalmente se tratando de Ensino médio.

O currículo escolar é um instrumento que deve ser sempre revisto, avaliado, principalmente quando se refere a uma educação integrada, participativa e técnica. Mas a escola precisa estar engajada nessa filosofia.

4.1.1. Análise dos resultados do questionário

O questionário foi estruturado em dois blocos de questões, onde o primeiro bloco foi direcionado para conhecimento dos estudantes sobre o Programa MedioTec, enquanto o segundo bloco foi sobre a opinião deles sobre o Programa, e se sua atuação contribuía para o progresso do MedioTec. Essa parte onde os estudantes poderiam escrever livremente sobre sua participação e avaliação do Programa deixou a desejar, pela falta de respostas completas a muitas perguntas, pela falta de senso crítico dos estudantes, com respostas evasivas, sem muita argumentação, comentário ou justificativa, mesmo solicitado em cada questão.

Muitas informações voltaram apenas para a necessidade do recurso financeiro. As questões permitiram ainda conhecer o perfil dos estudantes, fosse pelo interesse em se capacitar, fosse pela área escolhida.

Os resultados da primeira parte do questionário, que constitui o levantamento do conhecimento do estudante pesquisado foram de fundamental importância para que se tivesse um conhecimento do Programa, no sentido de compreender o que os estudantes sabiam sobre o MedioTec, e como eles avaliavam.

As 06 primeiras questões do questionário aplicado tanto para os estudantes quanto para a professora, foram as mesmas para constatar o conhecimento e avaliação deles sobre o Mediotec. Os resultados foram basicamente os mesmos.

Pouco conhecimento para avaliar o programa, tanto dos estudantes quanto da única professora do curso que se dispôs a responder.

O método de questionário foi escolhido inicialmente pela facilidade de aplicação, por ser aberto, por permitir respostas amplas e variadas, que possibilita o autoconhecimento do estudante e dos professores quanto ao interesse do curso e também por ser bastante utilizado em pesquisas científicas.

Além dessas possibilidades, o questionário apresenta resultados satisfatórios que são obtidos pelas informações coletadas, de uma determinada população, sendo que o questionário é aplicado aos sujeitos principais, foco da pesquisa: os estudantes.

Por ser um tema bem específico do questionário, o programa MedioTec e seus cursos técnicos profissionalizantes, não apresentou problema de respostas, para quem respondeu a todas as 12 questões.

4.1.2. Análise dos relatórios

Os relatórios dos estudantes de um dos cursos foram disponibilizados pela Coordenadora MS, impressos. Já os da turma do noturno, e da Coordenadora, foram disponibilizados pela coordenadora SS, via email.

O que realmente possibilitou um melhor estudo dos resultados foram os relatórios finais tanto dos estudantes quando da coordenadora SS. Foram mais esclarecedores e decisivos na avaliação de um Programa novo, que busca sanar algumas deficiências educacionais de anos.

Nos relatórios, os estudantes do noturno escreveram bastante, o que não fizeram no questionário, por ser um relatório específico e descritivo de sua atividade durante o curso. O relatório solicitado pelo programa foi descritivo, não permitindo muita opinião crítica sobre a aplicação do programa, nem dos cursos. Apenas a Coordenadora do Curso do noturno, SS, o que foi possível o acesso, que apontou uma visão crítica do programa e do curso que ela coordenou, sugerindo uma nova abordagem e público a ser atendido.

Acrítica apresentada foi sobre a restrição dos cursos, o atendimento limitado a um público em detrimento de outro, impossibilitando muitos outros jovens de terem uma formação profissional. Atender apenas a um público, privilegiar apenas alguns estudantes, não possibilitando a entrada de outros jovens que estão fora da escola, faz uma seleção, e uma exclusão de um público mais necessitado de capacitação.

A cidade de Lençóis-Ba, não oferece oportunidades amplas de emprego. A cidade oferece fortemente serviços na área de turismo, como camareira, garçom, cozinheira, guia. Áreas que limitam o atendimento para contratações. O curso voltado para o Turismo foi bem limitado para um público, pois voltou apenas para o turismo cultural. Essa formação limitou a turma para a função de guia. E mesmo assim, como não houve uma programação adequada de conteúdos, um planejamento curricular pensado para a formação, as informações foram bem reduzidas e limitadas.

Faltou uma organização adequada do currículo, do Programa de formação para que as aulas fossem planejadas para atenderem a uma formação mais completa, ampla e eficaz.

Com uma formação deficitária, não capacitou, nem aprimorou os conhecimentos já adquiridos pelos estudantes.

4.1.3. Análise das entrevistas

As entrevistas foram primordiais para adquirir informações sobre os cursos ofertados pelo CERPV e sua qualidade, principalmente pelo primeiro coordenador, RS, que tinha mais tempo na coordenação e amplo conhecimento de causa, por ser professor, já ter sido gestor escolar, e no momento da entrevista, coordenador de cursos técnicos profissionalizantes, tanto no município de Lençóis, quanto em outro município.

A crítica apontada pelo Coordenador RS durante a entrevista, foi um marco primordial para analisar a pertinência de sua fala no decorrer das atividades desenvolvidas nos cursos. Em sua fala, destacou a falta de investimento financeiro por parte do Governo, em cursos de maior relevância e melhor qualidade, que atendam a necessidade e interesse dos estudantes, por serem cursos de custo mais elevado, e a investimentos em cursos mais baratos, menos relevantes, de fácil acessibilidade de profissionais técnicos na área, mas que não satisfazem nem à escola, nem aos estudantes, além de falta de avaliação dos cursos oferecidos, pelo MedioTec.

Segundo o Coordenador RS, é uma oferta sem muito interesse em melhorar a qualidade do ensino. É mais um programa para constar, mas que na prática, não muda a atual situação da baixa qualidade do ensino público.

Essa observação do coordenador foi constatada nos relatórios finais feitos pelos participantes do programa.

O nível de participação dos estudantes nas atividades de campo foi bastante satisfatório, segundo os relatórios, visto que eram passeios turísticos, porém, técnicos.

Uma observação relevante, pois destaca o interesse dos jovens em fazer algo que lhes dê visibilidade e destaque na sociedade. Possibilidade essa que o ensino regular, nos moldes atuais, não permite.

Já a segunda Coordenadora, devido a falta de conhecimento mais aprofundado do programa, pautou em apresentar documentos que fundamentassem e pudessem responder as perguntas da entrevistadora. O que auxiliou bastante na avaliação e constatação de algumas hipóteses.

As entrevistas possibilitaram perceber que o programa MedioTec não teve planejamento para implantação, não apresentou um currículo, não apresentou um plano de ação para capacitação dos profissionais que iriam dar aulas, não apresentou metodologias adequadas ao bom desenvolvimento das aulas, não demonstrou preocupação em esclarecer a estrutura do programa. Não houve um momento de esclarecimento da gestão escolar, não apresentou as diretrizes para sua aplicação.

Todas as falhas apontadas durante a entrevista sobre o Programa foram facilmente identificadas através do resultado ruim ao final dos cursos.

Muitos cursos não foram aplicados por falta de investimento financeiro e de profissionais com formação e capacitação adequadas para lecionar.

Outro fator abordado na entrevista como sendo negativo, foi a carga horária excessiva. O curso foi desenvolvido em turno ao posto ao ensino regular, com mais 4 horas de formação, não pode ser bem assimilado, pois causa cansaço mental, o que dificulta absorver informações.

Nenhum coordenador apresentou uma visão positiva do Programa Mediotec. Dentre as razões destacam-se: o processo de implantação do programa, sem diálogo direto e amplo com a escola, a má qualidade dos cursos ofertados, o distanciamento entre o interesse dos estudantes e do Governo, a falta de uma metodologia, falta de um currículo profissionalizante, oferta de cursos que não atenderam aos interesses dos candidatos, falta de capacitação dos profissionais, falta de clareza no método de seleção tanto dos estudantes, quanto dos profissionais, a coordenação não ser um profissional da escola em que os cursos foram desenvolvidos, falta de material didático, falta de equipe de coordenação, de apoio, falta de diálogo com a gestão

escolar, falta de vínculo e de compromisso dos professores com a escola, falta de engajamento e de compromisso da gestão escolar. Além disso, a vinculação do curso ao pagamento de bolsa não favoreceu uma qualidade do ensino. As entrevistas foram primordiais para o entendimento do programa.

4.2. Concepção de Educação Profissional do MedioTec na perspectiva dos professores

Na luta contínua de atrair os jovens para o ensino, diante do alto índice de evasão escolar, os profissionais de educação buscam alternativas para sanarem esse problema.

Os professores em especial, discutem possibilidades para melhorarem o ensino público, manterem os estudantes ativos e concluindo o ensino médio. Porém, mantendo uma mesma metodologia de anos atrás, fica difícil um resultado diferente e melhor, considerando a nova realidade tecnológica, principalmente, a que os jovens têm acesso.

O ensino técnico profissionalizante foi apresentado pelo Governo Federal como uma solução para elevar a qualidade do ensino médio. O governo entende ainda o ensino técnico profissionalizante como política de desenvolvimento para o país crescimento da qualidade de vida das pessoas. Além disso, aumenta a fidelização do trabalhador à empresa, reduz custos para o governo. Por isso deve ser incentivado, ampliado cada vez mais, para combater a pobreza. Quanto mais escolas técnicas, mais profissionais formados no país. A formação profissional está ligada à empregabilidade, e ao aumento da renda financeira. Formação profissional é vista como redução da pobreza.

Mas há uma necessidade de compreensão de que formação profissional deve ser completa. Deve ser pautada na capacitação técnica, mas também na capacitação intelectual. Deve reforçar a busca pelo conhecimento da língua padrão, e do nível de aprendizagem. Quanto mais conhecimento, quanto mais escolaridade, mais chance tem de melhorar a vida econômica e social. A qualidade de vida está pautada na qualidade e quantidade de anos de escolaridade. Por isso, o estudo deve ser incentivado não somente para o ensino técnico. Ou esse ensino deve ser mais

elaborado, mais completo, atendendo a uma necessidade de alfabetização, para que o jovem ocupe um lugar de destaque no emprego.

Mas como os professores avaliam essa nova formação técnico-profissionalizante?

Diante do modo como foi apresentado o programa na escola, o resultado não podia ser diferente. O programa foi recebido como uma boa novidade, mas como sempre, tudo que vem de “cima”, sem uma participação direta dos professores, sem uma discussão coletiva, não pode ter sucesso no seu desenvolvimento, e conseqüentemente, não pode ter um bom resultado.

Com o programa Mediotec não foi diferente. Ao perguntar uma professora sobre a metodologia do programa, ela não soube responder. Apresentou respostas vagas e superficiais sobre o programa e sua implantação. Demonstrou interesse apenas no recurso financeiro. Já a professora concursada, do quadro escolar, e coordenadora de um dos cursos, Turismo e hospedagem, foi percebido que havia mais engajamento e compromisso com o desenvolvimento das aulas e das atividades e com o próprio programa.

O pensamento dos professores era que o programa resolveria o déficit de aprendizagem, estimularia mais o estudo, ajudaria na permanência dos estudantes na escola, reduziria a evasão escolar. Mas na prática, não foi isso que aconteceu. Quando os cursos começaram e os professores, assim como o primeiro Coordenador, perceberam que não havia uma consistência nos cursos, uma capacidade de serem aplicados com qualidade, pois faltava professor para algumas disciplinas, faltava material didático, faltava uma equipe técnica que desse suporte aos professores e ao coordenador, faltou principalmente uma formação, uma capacitação profissional para os professores, e até mesmo estímulo da gestão escolar.

Esse fator, capacitação, foi primordial para o fracasso dos cursos. Sem o devido preparo dos professores, não haveria como dar certo. O processo de implantação dos cursos foi bem complexo: o método de seleção dos professores não foi amplamente divulgado, deixando a critério da gestão escolar escolhê-los indiretamente, pois foi feita uma seleção através de currículo. Muitas vezes os critérios de seleção não foram plausíveis para garantir uma seleção justa, com base em critérios e capacitação técnica na área da disciplina, não houve um método a ser seguido pelos professores, a coordenação também não tinha muito o que fazer diante da ausência de maiores

esclarecimentos do funcionamento dos cursos, falta de material didático, falta de uma metodologia profissional.

Após contratados, os professores começavam a lecionar. Seguiam tópicos pré estabelecidos pela própria coordenadora, buscavam textos na internet, muitas vezes fora do contexto da formação, principalmente aqueles que supriam a carência de professores qualificados para a área.

Muitos agiam mais com a emoção do que com a razão. Muitos consideraram o curso como um programa assistencialista, em que os jovens carentes precisavam do dinheiro. Isso fez com que, para manter o curso e o recurso do estudante, muitas faltas foram abolidas apenas para não “prejudicar” financeiramente o estudante. Juntando a falta de capacitação técnica do professor, aliado ao descaso em “não dar a falta do estudante”, quando faltava às aulas, com o objetivo de não prejudicá-lo, fez com que muitos não dessem a importância necessária ao curso, evadindo após o fechamento do mês e o recebimento do pagamento, em poucos meses de formação.

Mas manter o assistencialismo não foi suficiente para segurar os estudantes na sala de aula. Precisava mais. Precisava um respeito por parte de alguns profissionais que passaram pelos estudantes, compromisso, capacidade de interagir, de ensinar, de despertar além do senso crítico, a capacidade de aprender, de investir, de buscar. Precisava do incentivo, que não apareceu por parte de alguns profissionais.

Como relatam alguns estudantes, faltou informação, atenção e uma metodologia mais eficaz para que o curso tivesse êxito.

As falhas analisadas podem ser solucionadas com um planejamento mais eficaz. Primeiro, o Governo precisa implantar cursos que atendam aos interesses dos estudantes, e não apenas os que demandam menos custo. Segundo, que é necessária uma seleção mais eficaz dos profissionais que irão lecionar. Estes devem ser mais técnicos, práticos, em que o conhecimento teórico deva ser estimulado à medida que o estudante se veja na necessidade de utilizar. Mas isso deve ser estimulado através de um bom planejamento metodológico e didático da equipe gestora: Coordenador, professores e gestores escolares através de uma formação prévia e/ou continuada.

Os profissionais, após selecionados, seguindo critérios técnicos, com especialização na área, devem passar por um processo de capacitação e/ou reciclagem inicial e contínua. Isso garantirá uma melhor qualidade das aulas, motivará mais os estudantes, dará mais credibilidade aos cursos, levará mais prática às aulas.

Os cursos, após selecionados, devem ser bem planejados e elaborados. Deve-se elaborar um material didático de excelente qualidade, informativo, que estimule a leitura cada vez mais dos candidatos. Os estudantes precisam ser desafiados e motivados a buscar, a se informar, a pesquisar, a dar sentido ao estudo. Eles precisam assumir um protagonismo na busca do saber.

Assim, com aulas técnicas, práticas, após a informação adquirida pelas leituras prévias, os estudantes protagonizarão sua aprendizagem, e o professor deixará de ser o centro, o que informa, e que na prática, apenas expõe seu saber. Assim também, a capacitação terá mais fundamento e melhor resultado.

Aulas motivadoras não estão na busca de um conhecimento no laboratório de informática. Não é o meio da informação que dará estímulo ao jovem, mas como essa informação chega até ele e pela sua qualidade.

Após todo esse processo, os estudantes deverão seguir ao estágio supervisionado em uma empresa especializada na área do curso desenvolvido. Após uma avaliação do supervisor, que deve ser o professor, e também da empresa, esse jovem deve ser encaminhado ao mercado de trabalho. Deve ser contratado. Isso dará mais sentido e motivação ao jovem de buscar se capacitar cada vez mais.

Essa inserção no mercado, na área, será um despertar para a cidadania, pois o jovem se sentirá útil, percebendo sua importância para atuar e mudar uma sociedade e seu futuro.

Enquanto o ensino for limitado, sem qualidade, sem direcionamento para a prática, será apenas uma formação de má qualidade, em que dá apenas oportunidade aos profissionais ociosos. Fazer uma formação em que o resultado não é satisfatório para os estudantes, aos professores, coordenadores, e escola, é só mais um faz de conta. Só mais um programa que busca na teoria, qualificar e inovar um ensino cada vez desestimulante.

Mas como afirma Kuenzer (1993),

A relação da escola com o mercado de trabalho passa pelo exercício da função que lhe é precípua: socializar o saber. Não é da sua responsabilidade resolver os problemas do mercado de trabalho; esta tarefa compete ao capital, que o faz com primazia, à medida em que forma seus quadros em todos os níveis, com indiscutível competência. (Kuenzer, 1993, p. 30).

Isso deixa claro e definido o papel da escola. Portanto, não se pode cobrar eficiência, principalmente naquilo que a escola não foi preparada. Principalmente do quesito capacitação dos professores. A falta dessa formação continuada não favoreceu uma boa qualidade do ensino.

O quadro de professores deveria ser em sua maioria, formado pelos professores

da própria escola, ou deveria ter criado um vínculo entre os seletivos e a escola. O vínculo maior, a aproximação dos profissionais com o ambiente escolar, com os estudantes favoreceria uma melhor qualidade de ensino. O vínculo afetivo ajuda a motivar na busca pelo saber.

Mesmo os profissionais do quadro escolar entendendo que uma mudança no currículo educacional é necessária para modernizar o ensino, será importante para motivar a busca pelo conhecimento, poderá despertar o estudante para o estudo, como o programa foi implantado, não poderia ser diferente do que já é ofertado aos estudantes.

Há um anseio por mudança no ensino por parte dos professores e dos estudantes, mas um ensino sem compromisso, sem planejamento, sem um currículo adequado, os profissionais não viram perspectiva de mudança.

As mesmas falhas apresentadas por anos no ensino regular foram mantidas no curso técnico: falha de comunicação tanto escrita como verbal no uso da língua, no domínio dos conteúdos diversos, mesmo repetidos na formação técnica, falta de visão futura, devido a falta de qualidade da formação profissionalizante.

Diante das falhas apresentadas durante a realização das formações, não houve muito otimismo com a nova formação. Por isso, há um consenso de que todos os cursos ofertados devem ser avaliados, os profissionais devem ser melhor selecionados, deve haver um currículo específico para a formação profissional, os cursos devem ter uma qualidade melhor, mais adequados à realidade social, deve haver mais oferta de mais cursos a mais pessoas, e principalmente, deve ampliar o público da formação. Essa ampliação do público, é sugerida após uma observação do número de jovens em idade escolar que não concluíram o ensino fundamental nem médio, que estão fora da escola, e não tem oportunidade de capacitação.

Ampliar a oferta ao público que está fora da escola, é também uma maneira de abri-la à comunidade, para outras funções sociais. Os profissionais entendem que a escola não pode continuar com sua velha metodologia e política restritiva,

principalmente quando se trata de uma formação profissional, pois os professores estão entendendo a escola como espaço de convivência social, que precisa aproximar mais da sociedade, principalmente a escola analisada, que há muitos anos distanciou-se da comunidade em que está inserida, principalmente no bairro em que a escola localiza-se.

Abrir a formação para outros públicos, os aproximará da escola, possibilitará a conclusão destes do ensino médio, ampliará a formação escolar de jovens que abandonaram o estudo, principalmente por razões de trabalho.

Tanto o governo quanto as instituições de educação profissional, entendem o trabalho como princípio educativo. Mas essa educação só pode ser validada desde quando a escola e os professores assumem sua responsabilidade social. Ofertar cursos técnicos, ampliar o número de jovens com acesso a esses cursos, mas não apresentar um produto de qualidade, repetirá uma política de exclusão, de massificação de analfabetos funcionais no mercado.

A formação profissional deve permitir que os jovens formados tenham uma atuação mais crítica, participativa, reflexiva, transformadora de si e da sociedade em que vivem. Educação profissional deve formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Mas isso será possível quando a formação não se limitar apenas ao conhecimento técnico. As pessoas com um grau elevado de conhecimento, de alfabetismo, mais anos de escolaridade, têm maior acesso a questões ligadas à informações, que garantem um empoderamento social, econômico, além de ampliar as possibilidades de melhores empregos. Uma educação que leva a obediência, que só recebe o saber pronto, sem questionamento ou debate, não eleva a competência. Tendo bases didáticas, elas podem se vê como cidadãos conscientes.

A escolaridade precisa ser significativa. Precisa promover boas transformações. Somente assim, o jovem será um cidadão completo.

O governo, as escolas e demais instituições de ensino precisam ampliar e democratizar o acesso a uma educação profissional de qualidade aos jovens, para promover impactos positivos para o desenvolvimento econômico, cultural e social de uma comunidade e do país.

Uma escolaridade significativa não significa apenas ampliar o acesso à formação profissionalizante. Precisa aprimorar a qualidade desse ensino nas escolas estaduais, assim como ocorre nas escolas federais, onde muitas encaminham

inclusive ao ensino superior. Se os estudantes chegam a essa formação superior, é porque o nível de conhecimento é elevado.

Ao contrário dessa realidade, os cursos técnicos nas escolas estaduais apresentam uma formação deficitária, à medida que a maioria dos jovens apresenta um desinteresse em continuar estudando, e apresentam baixo domínio de letramento e de conhecimentos matemáticos.

O governo afirma investir na educação de qualidade, mas no quesito melhor condição de vida, não houve mudança na vida de muitos jovens na faixa etária de 15 aos 21 anos. Não houve uma preocupação, de fato, nas bases de letramento desse público.

O Programa MedioTec ao afirmar que é preciso reforçar esses conhecimentos didáticos, ampliando a capacidade de leitura e escrita, mas que na prática, não considerou, nem cobrou uma avaliação mais eficaz, apenas considerou um relatório descritivo como avaliação. Não levou a sério essa formação mais aprimorada e elevada. Por outro lado, a escola, os professores, a coordenação reforçaram essa ignorância, ao não cobrarem maior dedicação às aulas. Portanto, se um programa for desenvolvido apenas pensando na formação técnica, no fazer, sem uma preocupação de seus idealizadores e de seus executores, e responsabilidade em aprimorar os conhecimentos teóricos, os estudantes jamais terão uma ascensão social, nem uma formação de qualidade.

É importante salientar que nesse contexto, qualidade didática, qualidade metodológica, a falta de capacitação e formação dos gestores, da coordenação e principalmente dos professores, foi fundamental para que a escola não obtivesse o resultado positivo. Professores sem formação, sem método, sem uma linha de pensamento a seguir, dificilmente fariam um bom trabalho. Os conteúdos aplicados repetidos, não faziam referência ao conteúdo técnico aplicado, gramática fora de contexto, conteúdo distante da realidade dos estudantes. São problemas que o programa, a escola, os professores e toda a equipe técnica precisa avaliar, se desejarem realmente, uma formação de qualidade.

Os cursos ofertados pelo Centro Educacional Renato Pereira Viana, mesmo sendo avaliados como bons pelos estudantes do noturno, não demonstraram eficácia. A visão dos professores do quadro escolar, não houve progresso nem mudança significativa nos conhecimentos dos estudantes que participaram dos cursos. É necessário uma diálogo entre os professores selecionados e os docentes do quadro

escolar, para juntos, dialogarem sobre as reais necessidades da escola, a real filosofia da escola. É consenso entre os profissionais que não basta aplicar técnicas, conceitos. Os estudantes precisam ter o domínio da língua culta, precisam saber se expressar melhor.

Nesse contexto, quem mais sofreu as consequências da má formação foi a turma do noturno. Geralmente são pessoas que optam pelo ensino noturno pela facilidade de aprovação, mesmo sabendo que não adquirem maiores habilidades. Os profissionais sabem o motivo dessa opção, mas nada fazem para mudar a realidade.

Os estudantes do noturno são tratados como os “coitados” do noturno, os que trabalham e vão cansados para a escola. Os estudantes, sabendo disso, pouco se esforçam para melhorarem seus rendimentos escolares, pois sabem que terão aprovação automática. Serão certificados sem muito esforço da escola. Mas eles não percebem a gravidade dessa certificação sem bases, sem habilidades. Com isso, eles reforçam uma massa de ignorantes funcionais na sociedade. Pessoas acríticas, sem voz na sociedade, sem função política. Apenas certificadas. Isso aumenta a cada ano o número de jovens analfabetos funcionais colocados na sociedade. Mesmo cumprindo os anos de estudo, não lhes garante alto nível de conhecimento, de habilidade ou competências. Apenas certificados.

Comparando a turma do noturno com a do diurno, foi percebida uma grande diferença na linguagem, no comportamento e nos estudos. Mesmo não tendo uma formação também de qualidade, as turmas do diurno recebem um tratamento diferenciado, pois apresentam em suas falas e em suas atitudes, desejo de continuarem seus estudos.

São jovens que na sua maioria, vivem em famílias que são assalariadas, ou mesmo que recebam bolsa família, conseguem outras fontes de renda para a sobrevivência da família, como trabalhos informais, participação em ONGs. São jovens que apresentam maior letramento, sabem se comunicar verbal e oralmente, apresentam mais expressividade, atitudes na busca pelo conhecimento, participam de projetos sócio-culturais, apresentam maior senso crítico. Mesmo assim, a formação profissional não lhes garante uma oportunidade de emprego e renda, pois as empresas buscam outras habilidades que a escola não é capaz de ofertar.

A escola, nesse contexto de formação profissional, terá sempre mais trabalho do que qualquer empresa do terceiro setor, pois este se preocupará apenas com a

formação técnica, com os ensinamentos práticos, e sempre exigirá do Estado o complemento dessa formação: a base intelectual, a formação geral.

Já a escola, precisará sempre pautar, além da formação técnica, a formação geral, que é sua verdadeira vocação: formar. Formar cidadãos conscientes, formar para uma sociedade, formar para a vida em sociedade. A formação técnica ofertada pela escola estadual, mesmo aprimorando os seus métodos, terá sempre que ofertar conhecimentos a mais. E sem formação, sem um quadro de profissionais capacitados, formados especificamente para a educação técnica profissional, a escola apenas perderá seu objetivo, seu papel de formar.

4.3. Trajetória dos estudantes oriundos do Mediotec e sua inserção no mercado de trabalho

Falar do processo de educacional profissionalizante do Brasil é ser redundante, principalmente se for citar os fracassos da educação, e do ensino em escolas públicas. Pensar em uma educação para a cidadania que amplia a vivência democrática, torna-se demagogia, considerando a realidade vivida pelos jovens. No decorrer dos tempos isso não mudou. O ensino não desenvolveu essa tão falada cidadania. Sempre houve, há e haverá uma luta para se garantir um direito constitucional básico, que não é atendido: educação cidadã de qualidade.

Ao analisar os relatórios dos estudantes do curso Condutor de turismo para espaços culturais, no Centro Educacional Renato Pereira Viana, foi observada a classe social desses jovens estudantes, além do nível escolar. Em sua maioria, adultos ou adolescentes, que tiveram esse direito constitucional negado por razões diversas, que já trabalhavam no setor turístico, de classe média baixa, participante de Programa social Bolsa família, e viram no curso uma oportunidade de capacitação. Segundo a Assessoria de Comunicação Social, na fala do Vice-Reitor, do Mediotec, “o projeto de vida é uma questão central de formação do aluno. A maioria desses está em famílias de vulnerabilidade socioeconômica gritante. As expectativas são muito incipientes. O projeto de vida é o elemento nuclear do processo de formação. Esses meninos precisam ser motivados a se formar, a encontrar na educação o passaporte para uma vida mais digna, mais cidadã.”

Mas em momento algum foi citado o curso como libertador, formador para a cidadania. O curso foi visto como uma possibilidade de melhorar sua cidadania, sua

participação social ativa, mas sempre na condição de servir, de subserviência. Então, esse ensino não foi libertador. Um ensino que não estimula à liberdade, à crítica, não pode ser visto como positivo, ou apenas pelo olhar da escola e da sociedade que querem apenas pessoas cumpridoras de seus deveres.

Não foi observado em suas falas, uma preocupação, um interesse em ampliar sua participação cidadã. Portanto, não atende à proposta inicial do Programa Mediotec.

O relatório final da então professora e coordenadora do curso (SS), foi pensado apenas na preocupação de evitar a evasão escolar. Mas não despertou os jovens para uma visão mais evoluída das possibilidades que o curso poderia apresentar e oportunizar.

O curso, os temas discutidos, as ações, as visitas, todo o processo do curso favoreceram a obediência, a cumprir, a servir.

Ainda analisando o relatório da professora-coordenadora SS, diz, “Podemos observar os desenvolvimentos e aprendizados dessa turma no decorrer do curso. Jovens com dificuldade de aprendizado e que faltavam muito às aulas começaram a frequentar com maior interesse o seu turno, além de desenvolver a sua comunicação. O curso condutor de turismo para espaços culturais teve um ótimo andamento tendo a desistência de 06 alunos por motivo de trabalho”. (www.educacao.ba.gov.br).

Como pode ter tido um ótimo andamento se no decorrer, houve desistência de mais 06 estudantes por motivo de trabalho, se o curso foi justamente para capacitá-los melhor para o mercado?

É por essa e outras contradições que não dá para entender os processos educacionais. Há um comodismo, uma aceitação natural do fracasso. Não se pode considerar um sucesso, um curso que visa atrair mais estudantes para uma formação profissional, e no processo, há perdas significativas dos estudantes como o relatório apresentou.

Porém, ao contrário do que a escola defende, de que a capacitação profissional irá melhorar a educação, Xavier (1994, p.251) argumentava que cursos rápidos de aprendizagem de um ofício ou de reciclagem não supriria o problema de defasagem de aprendizagem, colocando a profissionalização como fracasso.

Portanto, não se pode esperar sucesso em uma prática antiga que fracassou, inclusive pelos mesmos motivos: falta de investimento do Estado, falta de estrutura física e estrutural dos cursos, desejo de inserção imediata do estudante no mercado

de trabalho, dar uma habilitação profissional como técnico ou auxiliar técnico, e por ignorar as diferenças de oportunidades, principalmente via escola. Além disso, os principais motivos foram diminuir a demanda e a pressão para o ensino superior, e a falta de recursos e equipamentos precários das escolas.

Se o estudante não tiver a oportunidade de um ensino de qualidade, as evasões vão sempre ocorrer, e sempre terão esses cursos rápidos e “milagrosos”, para atender a essa classe, que evade da escola para trabalhar, para sustentar a si e a família, sobreviver, em uma sociedade desigual, competitiva e injusta.

A educação sempre foi vista como um meio de ascensão social. Mas, e talvez por isso, o Estado sempre investiu na propagação da ignorância escolar, dificultando o acesso ao conhecimento, levando a uma situação de sobrevivência, tendo que optar entre o estudo ou o trabalho.

Como fica difícil conciliar trabalho com o estudo, torna-se mais fácil para o jovem ingressar no trabalho, tornando o conhecimento escolar secundário. Isso favorece a uma massa de jovens com uma condição social de baixo nível, encontrando nos cursos profissionalizantes uma solução para seus problemas, que na prática, os cursos, principalmente associados à escola, comprovaram que não tornam os jovens aptos a ocuparem o mercado de trabalho, principalmente investir em uma área, empreendendo, nem favorece a uma melhoria na condição de vida, nem participação social.

Os jovens que ingressam em cursos técnicos profissionalizantes, principalmente de escola, são oriundos de uma classe de menor poder aquisitivo. E ao longo do tempo, foi percebido que quanto mais pobre, menos escolaridade desenvolve. Onde mais precisa ter investimento financeiro para melhorar o nível de escolaridade, é onde menos se investe.

Se houvesse na prática uma igualdade de condições, oportunidades e melhorias de vida, o jovem estudante iria investir mais na educação, no aumento da escolaridade, optando por vez por uma formação técnico-profissionalizante, e evitando a evasão escolar.

O estudante de curso técnico é aquele que não desperta muito interesse pelo estudo intelectual. Busca se destacar pelo fazer prático, por uma formação de curta duração, mas que atenda a uma necessidade de trabalhar. Que dá destaque ao trabalho físico. É aquele que não se vê com condição intelectual de competir em uma

seleção para o vestibular, por exemplo; não se sente capaz para ocupar melhores espaços na sociedade. Isso pode ser constatado através das falas nos relatórios.

Nos relatos como, “aprendi como é feita a arrumação da unidade habitacional, como é a lavagem das roupas, a dobragem de lençóis e toalhas, aprendi manusear o ferro de passar, organizar o freezer, higienizar os talheres, fazer check-in e check-out, entre outros, os estudantes sintetizam, afirmando que de modo geral, conseguiram em parte, alcançar tanto as necessidades da empresa quanto as deles, e que a empresa ficou satisfeita com a colaboração e o seu desempenho.

Os jovens se sentem úteis, satisfeitos em atender uma demanda de um hotel, mesmo fazendo trabalhos físicos, entendendo que faz parte da formação, e acreditam que esse tipo de estágio é uma oportunidade de aprendizagem e experiências para a vida profissional, considerando ponto positivo para se destacar no crescimento pessoal e profissional. É um comodismo aceitar uma formação que só faz cumprir, repetir e obedecer, mas que atende aos seus interesses financeiros.

Percebendo esse interesse em uma formação rápida e mais técnica, o CERPV fez uma parceria com o Senac, motivada pelo setor empresarial. Faz-se necessário falar do Senac e a relação com a educação profissional na cidade de Lençóis- Bahia.

Vários autores citam o Sistema S- Senac, Sesi, Senai, sesc, Senar, e Sebrae, instituições de formação técnica profissionalizante, a citar: Kuenzer, Manfredi, Pacheco, Morigi, entre outros. Diante disso, cabe uma análise de atuação dessa instituição na cidade de Lençóis- Bahia.

Como afirma (Manfredi, 2002, p. 179), o Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial.

O Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) na cidade de Lençóis atua a mais de 08 anos na formação de cursos técnicos ligados ao setor turístico.

Diante disso, como o Mediotec aplicado no CERPV- Centro Educacional Renato Pereira Viana deve capacitar para atender ao mercado interno, a Coordenadora do Senac local foi convidada para promover palestras gratuitas no ano de 2018 sobre a importância dos cursos técnicos para a cidade de Lençóis.

Pensando em promover uma melhoria nos serviços e incentivar maior participação dos jovens nos cursos técnicos oferecidos pelo Senac na cidade, um grupo de comerciantes da ACEL- Associação dos Comerciantes de Lençóis, criou um

projeto em parceria com o CERPV, de apadrinhar alguns alunos que fizessem curso do Senac, onde um comerciante da cidade custeava um curso.

Essa ação cidadã da ACEL atraiu alguns estudantes. Foi uma ação positiva, pois os estudantes viram essa ação como mais uma oportunidade de qualificação, e demonstrou mais uma vez, que os jovens têm interesse em se qualificar. Isso demonstra que o terceiro setor é que tem a capacidade de formar com eficiência e qualidade, futuros profissionais.

Mas isso não pode deixar de destacar que o que atraiu os jovens ao curso do Senac foi o fato de que alguns comerciantes apadrinharam e pagaram pelos cursos. Isso pode ser um dos fatores pelos quais os cursos do Senac não têm muita adesão dos jovens estudantes. O fator que dificultou maior participação foi o pagamento da taxa de inscrição por eles.

Ao contrário dos cursos da escola analisada, os cursos do terceiro setor, nesse caso o Senac, são voltados para o empreendedorismo e são dadas ferramentas para os que desejam empreender. Os professores agem como mediadores. Segundo relato da coordenadora do Senac FS, ele não forma um indivíduo apenas para desenvolver atividades técnicas. Desperta a visão crítica, atitudes colaborativa, empreendedora e sustentável.

Esses jovens que buscam uma formação profissional são os mesmos que passaram anos em uma Formação Geral, e que não viram resultado positivo. Não viram objetividade, qualidade, nem direcionamento na formação. Como não encontraram uma função prática e lógica na Formação Geral, optaram pela formação técnica, onde tiveram, segundo eles, mais resultado. O Brasil está cada vez mais buscando inovar a educação, o ensino, e formar profissionalmente os jovens.

Por outro lado, o jovem cada vez mais busca ocupar espaço no mercado de trabalho. Porém, para alcançar esse mercado e principalmente o mercado promissor, a escolarização é de fundamental importância. Muitos jovens não entendem que o sucesso na vida adulta e profissional, seja na escolha do cargo, no salário melhor, na condição de trabalho melhor, depende de uma escolarização mais completa. O fracasso na política de educação de jovens e adultos pelo Governo já está mais do que claro. Mas o jovem precisa entender esse fracasso pessoal. Uma má escolarização, uma educação deficiente, uma alfabetização incompleta, impede avanços na vida adulta, chegando ao nível da incompetência e da falta de emprego.

Ter acesso a educação de qualidade é fundamental para o ingresso no mercado de trabalho. Mas por falta de política pública adequada, o avanço das desigualdades sociais favorecem um atraso no desenvolvimento profissional dos jovens.

Muitos jovens frequentam escolas, mas o índice de analfabetos funcionais ainda é muito elevado. Muitos não conseguem decifrar os códigos básicos da Língua Portuguesa, não sabem ler adequadamente, e isso é um fator que favorece a ocupação de vagas cada vez menos privilegiadas no mercado. Isso, quando o candidato consegue ocupar a vaga de emprego. Muitos, devido ao analfabetismo funcional, não conseguem emprego que lhes favoreça uma vida de qualidade satisfatória.

A relação estudo e trabalho está diretamente ligada à qualidade de vida que o jovem apresenta ou deseja. Quanto mais escolaridade, mais chance tem de obter sucesso na vida profissional e pessoal.

A capacidade produtiva do jovem depende muito da educação, do nível intelectual, e de escolaridade, além da experiência que se adquire no trabalho, ou no estágio. Por isso que, capacitar o jovem para o mercado, sem se preocupar com as bases de alfabetização, sem um aprofundamento da formação intelectual, jamais terá um resultado satisfatório.

A educação é indispensável para o desenvolvimento e a transformação pessoal, e de um país. Mas se os programas lançados pelos governos não se preocuparem com a formação geral, que atenda a dificuldades simples e complexas, dificilmente essa transformação acontecerá.

O problema está desde a base, com problemas de alfabetização. Nessa fase, muitos estudantes já abandonam a escola por diversas razões. Na fase adolescente ou adulta é mais difícil alfabetizar. Muitos jovens que abandonaram a escola, dificilmente voltam com qualidade. Os programas de governo não levam em consideração esse espaço de tempo que o jovem ficou fora da escola. Quando ele volta a estudar, é ignorada essa lacuna, e ele é tratado como os demais que frequentam a escola cotidianamente sem interrupção do estudo. Ou seja, ignora o fato de anos sem estudo, não faz um diagnóstico do nível intelectual, não prepara aulas de acordo a fase do estudante. A Educação de Jovens e Adultos - EJA, nesse contexto, é um exemplo que busca aproximar o ensino do nível dos estudantes, mas ainda assim, a metodologia não é adequada, e os resultados não são satisfatórios.

O ensino cada vez menos se preocupa com a formação de pessoas, em passar conteúdos relevantes que promovam aprendizagem significativa. A escola precisa recuperar seu papel de formar cidadãos para a sociedade. Precisa voltar a importância dos conteúdos, dos conceitos, das regras, do domínio da língua padrão. A formação precisa ampliar, e não substituir habilidades.

Por mais que o ensino tenha avançado, certos conteúdos, regras, técnicas, respeito ainda são valorizados e cobrados nos meios sociais. Portanto, a formação profissional precisa estar conectada ao ensino regular, pois é justamente na falta do domínio da língua que o jovem perde oportunidades de emprego. Leitura deficiente, escrita fora da língua padrão, ou seja, analfabetos funcionais que obtêm um certificado, mas que na prática, não conseguem atender a demanda das empresas, cada vez mais tecnológicas, digitais.

Porém, quando a empresa é industrial, há uma possibilidade de capacitação dentro da própria empresa, por uma política própria. Mas se a empresa for em outro ramo profissional, esses analfabetos funcionais não conseguem preencher as vagas ofertadas, aumentando o número de desempregados. De um lado a empresa precisando de mão-de-obra qualificada, de outro lado, o jovem sem qualificação. E essa controvérsia aumenta o número de desempregados e amplia a pobreza e desigualdade social e econômica, deixando mais jovens fora do mercado e E essa qualificação intelectual, essa formação pedagógica, deve ser função da escola.

A educação deve ser valorizada tanto pelo governo, pelos profissionais quanto pelos jovens. Banalizar a educação, o ensino, a aprendizagem é reforçar a massa de ignorantes, de analfabetos funcionais. E essa desvalorização, esse descaso com o conhecimento reforça as desigualdades sociais. O jovem precisa compreender que, quanto mais conhecimento, mais escolaridade, mais oportunidades, e mais poder aquisitivo ele terá. E quanto mais conhecimento, mais chance de intervir positivamente na sociedade, transformando sua vida e de todos à sua volta.

A escolaridade avançada está ligada diretamente ao aumento de qualidade de vida, pois, além de possibilitar o jovem escolher onde trabalhar, amplia as possibilidades de melhores empregos. E deve ser amplamente ofertada e incentivada pelas escolas.

Os cursos profissionalizantes oferecidos pela escola precisam atender a essa demanda social, da qualidade do ensino geral, pois não basta ter a técnica, mas também, as competências mínimas para um bom desempenho.

Garantir um emprego, permanecer nele, melhorar a qualidade de vida, depende cada vez mais de estudo. Portanto, o ensino profissionalizante deve pautar em suas bases a qualidade das informações e formações, não apenas técnicas, mas pedagógicas, formação cognitiva que atenda as novas habilidades e competências, destacadas na Base Nacional Comum Curricular. Assim, o jovem terá uma formação mais completa. Uma compreensão de que a qualidade e sucesso profissional, dependem de avanços no estudo. Quanto mais tempo de estudo, mais facilidade de emprego e qualidade de vida.

Mas essa continuidade do estudo deve ser incentivada pela escola, assim como o investimento na qualidade desse ensino.

A formação técnica não pode ser empecilho ou obstáculo para que o jovem não tenha uma formação completa.

O ensino cada vez mais está se dedicando a uma formação mais elaborada, ofertando cada vez mais formação profissionalizante, porém, os conteúdos didáticos devem ser analisados, aplicados e cobrados pelos jovens. Não basta colocar uma gama de técnicos certificados no mercado, sem boa base alfabetizadora.

Oriundos de uma classe média baixa, ou pobres, os estudantes de ensino técnico buscam, ora aperfeiçoar técnicas já adquiridas na sociedade, ora aprender novos conhecimentos. Os estudantes do noturno são aqueles que buscam uma certificação rápida. Não apresentam muita expectativa de vida melhor, precisam trabalhar mais cedo, adquirem uma maturidade mais rápido. Não apresentam bons resultados de aprendizagem. Escolhem o noturno pela facilidade de aprovação. Já os estudantes do diurno, além de receberem mais atenção da família e escola, apresentam mais senso crítico e atuação na sociedade. São aqueles jovens que sabem de seu papel cidadão, que sabem que sua participação na sociedade favorece um crescimento.

Por isso que as formações devem investir tanto na qualidade das informações, pois aqueles sem expectativa, terão aprimoramento do conhecimento, e os que apresentam uma melhor expectativa de vida, terão as habilidades melhor trabalhadas. São jovens que independente de suas formações, das bases educacionais que tiveram, precisam ter uma formação digna para que se tornem adultos mais conscientes de seu papel social, de sua cidadania.

O governo precisa aprimorar as formações nas escolas públicas, independente de formação técnica ou geral, pois o cidadão consciente, com mais escolaridade, com

nível elevado de habilidades e competências, torna uma sociedade mais sustentável, evoluída, além dele se tornar mais atuante, consciente de seu papel transformador.

4.5. TESTE DAS HIPÓTESES

Após investigação e análise dos documentos durante a pesquisa, principalmente o questionário, os relatórios dos estudantes e da Coordenadora de um dos cursos, e os documentos do próprio Governo do Estado enviado para o CERPv como orientação para certificação profissional dos estudantes, pôde-se constatar que o Programa MedioTec não atendeu às expectativas dos jovens, de saírem do curso capacitados para atender o mercado de trabalho.

Cursos com carga horária com uma média de 1.440 horas, 80 horas de estágio, mais 140 horas de conclusão de curso, um período de aproximadamente 1 ano e meio a 2 anos de formação, não foram suficientes para formar bons profissionais.

Apesar da carga horária extensiva, os cursos apresentaram sérios problemas de falta de professores, professores sem muita qualificação pela falta de formação específica na área, má gestão dos cursos, falta de diálogo entre a coordenação, professores e gestores do CERPv, cursos oferecidos de baixa qualidade, falta de material didático como apostilas, livros específicos, para o bom desempenho e didática dos profissionais, professores ocupando diversas disciplinas, mesmo sem a formação específica da disciplina, para cumprirem carga horária dos cursos, e para garantirem a sua continuidade.

Outro fator que contribuiu para a falta de sucesso dos cursos técnico-profissionalizantes no CERPv, foi o atraso do pagamento das mensalidades das bolsas. Isso causou descrença na seriedade do programa, em cumprir com a responsabilidade do pagamento mensal, afastando muitos estudantes que já ocupavam o mercado de trabalho. Continuar no trabalho foi mais oportuno e lucrativo do que permanecer no curso, sem ter a perspectiva de continuidade, conclusão, e formação adequada, devido os problemas enfrentados no decorrer do ano.

Além disso, a carga horária foi excessiva, comparando com o curso regular, já que os estudantes cumpriam a carga horária do curso regular, e no turno oposto, estudavam o curso técnico. Isso favoreceu o cansaço mental, devido a cobrança

excessiva de atividades no início. Atividades pouco didáticas, sem muita relevância prática para a formação.

Uma experiência inicial com uma carga horária excessiva, e ainda o fator de duplicidade de disciplinas do curso regular e do curso técnico também afastou muitos estudantes.

Deveria haver um diálogo aprofundado entre os gestores, o coordenador e os professores do curso regular e dos cursos técnicos - profissionalizantes, para que a escola melhorasse o desempenho dos estudantes nas disciplinas do curso regular, e conseqüentemente, não haver uma sobrecarga de conteúdos repetidos na formação técnica. Isso também contribuiu para o insucesso dos cursos, provocando muitas evasões.

Nem a escola, nem a sociedade em geral, teve suas expectativas atendidas, à medida que, na média de 45 estudantes inscritos, no máximo 12 concluíram, com todas as dificuldades apresentadas acima, não pode ser considerada um sucesso, pois a escola não garantiu a melhoria da qualidade do ensino, não impediu a evasão escolar, nem ofereceu uma formação técnica profissionalizante de qualidade.

Os comerciantes não aproveitaram a pouca mão-de-obra qualificada pelos cursos MedioTec, e os jovens não se sentem qualificados o suficiente para ocuparem esse mercado pago.

Quanto à segunda hipótese, de que os jovens entendem que estudar nos cursos de Ensino Técnico profissionalizante teriam atividades apenas técnicas, práticas, sem a teoria, as respostas do questionário e os relatórios finais comprovaram que era exatamente isso que eles esperavam. Os jovens anseiam por atividade prática, não levando em conta a importância da teoria para um melhor desempenho nas ações. Devido a isso, a uma falta de interesse na formação teórica, que se buscou tanto os cursos técnicos. O número alto de jovens que procuraram pela formação técnica demonstrou um interesse no fazer, e não em conhecimento intelectual.

A metodologia, portanto, deve e pode conciliar a teoria com a prática, fazendo com que os estudantes leiam mais, busquem saber mais, desde que os professores despertem neles o interesse pela busca, através das próprias atividades práticas. Os profissionais devem estimular a busca do saber, relacionado ao fazer prático. Mas essa prática de estudar, pesquisar, ler, dos jovens só será possível se houver uma parceria entre o curso regular e os cursos técnicos. Afinal, muitos cursos dependem de conhecimentos teóricos que devem ser adquiridos no curso regular, que podem

auxiliar no processo de aprendizagem melhor na formação técnica. Mas para isso, tanto gestão, quanto coordenação, devem estar alinhados quanto ao progresso dos cursos profissionalizantes.

Outro fator que garantiria o sucesso e permanência dos estudantes, seria o atendimento dos anseios deles, em terem cursos relevantes, que atendam a atualidade, seu interesse. Cursos que realmente atendam a demanda de mercado interno e externo.

A terceira e última hipótese, de que os jovens acreditavam que iriam ingressar no mercado de trabalho assim que concluíssem o curso no Ensino Médio. Também foi constatada através dos relatórios, principalmente, na fase do estágio final. As atividades foram práticas. Porém, além da necessidade e formação do curso, principalmente do curso de Turismo e hotelaria.

Segundo relatórios, o Estágio foi visto como etapa imprescindível para oportunizar experiências profissionais aos estudantes, importante no processo de formação profissional, já que é constituído de treinamento, que segundo um relatório, possibilita o estudante vivenciar o que foi aprendido na sala de aula.

Mas na prática, o que foi relatado entre outras tarefas foi: arrumação de unidade habitacional, lavagem de roupas, dobragem de lençóis e toalhas, manuseio de ferro de passar, como uma camareira deve seguir o relatório diário que a chefe passa, além de atividades de cadastramento de hóspedes, fechar mesas de restaurantes, anotar recados, entre outros. Com certeza não era essa a formação teórica apenas, para se ter um estágio desse nível.

Esses relatos só comprovam a formação inferior, compatível com os cursos oferecidos. Bem distantes daqueles pretendidos pelos estudantes que almejam uma função de destaque nas empresas, já que se submetem a uma formação profissionalizante, oferecida pelo Estado. Subtende-se que seria uma formação de melhor qualidade.

No entanto, uma hipótese levantada no decorrer da pesquisa, de que os estudantes buscaram os cursos atraídos pelo recurso financeiro, foi refutada, diante das evasões que ocorrem. A condição financeira dos estudantes permite essa busca, mas não foi o que mais se destacou nesse processo, e sim, foi o desejo de uma formação profissional, para ocupar o mercado de trabalho com mais capacitação e qualificação, no intuito de ocupar o mercado, com um salário melhor, compatível com sua formação.

O jovem deseja trabalhar, mas o mercado almeja profissionais já qualificados, e esses cursos oferecidos na escola, seriam uma oportunidade para isso. Porém, na prática, não foi exatamente isso que aconteceu. Isso causou frustração, desistência e evasões escolares, além de não terem uma melhoria na qualidade de seu estudo. Muitos continuaram com suas deficiências didáticas, sem o domínio da língua culta, e sem a formação mínima qualificada para o mercado.

Até o século XIX os profissionais da educação julgavam o ensino técnico profissionalizante como uma formação negativa, que não desenvolveria a competência intelectual dos estudantes. Porém, na atualidade os professores vêem na educação profissional uma possibilidade necessária de melhoria da educação, após analisar a realidade social, o alto número de inscritos nos cursos ofertados, e na exigência do mercado de mão-de-obra qualificada. Os acreditam que uma formação técnica trará melhorias para o ensino.

Sempre houve a necessidade da formação técnica, porém, havia uma sobreposição da formação técnica à formação intelectual, separando o método de formação. No entanto, o que antes era um desejo do Estado em atender a demanda social e econômica, atualmente essa necessidade parte também da escola e do próprio estudante, que vê cada vez mais cedo, a importância da capacitação profissional para atender ao mercado, pelas necessidades financeiras e familiares.

Mas há uma necessidade de desmistificar a relação direta entre qualificação e emprego, ideia reforçada pelo Governo Federal. A prática comprovou que essa relação não é assegurada, principalmente com uma formação inadequada.

Os jovens não aprimoraram seus conhecimentos, sua linguagem, não se perceberam como sujeitos transformadores, principalmente os do turno noturno.

A escolaridade é de extrema importância para o mercado de trabalho. Quanto mais escolaridade, mais letramento, maior possibilidade de crescimentos. Mas na prática, devido a má qualidade do ensino geral e das formações técnicas, escolaridade nesse sentido, não foi sinônimo de evolução, de crescimento.

O mercado que emprega, apresenta muitas exigências em vários setores, principalmente no domínio da linguagem padrão, fala e escrita corretas, domínio da língua e da matemática, comportamento adequado desde a entrevista, até a prática da atividade, entre outras. E as exigências que o mercado faz, a escola não está aberta, nem preparada para atender. Por isso, a escola deixa muito a desejar nas

formações, pois, nem aprimora a qualidade do ensino regular, nem faz uma boa formação profissionalizante.

Portanto, a ideia que o governo prega de que o ensino técnico ajuda no desenvolvimento do país e aumenta a qualidade de vida, a partir de cursos técnicos desenvolvidos pelas escolas estaduais, na prática, isso não se aplica. Ao contrário: aprofunda as desigualdades sociais, não garante uma empregabilidade permanente, não melhora a qualidade de ensino, e faz aumentar cada vez mais o desemprego entre os jovens de classe média baixa.

Tudo isso, lógico, pela má qualidade e falta de investimento na formação de escolas estaduais. Por outro lado, as escolas federais recebem todo apoio técnico e logístico para desenvolverem suas capacitações com a melhor qualidade possível. Começa desde a escolha dos profissionais, com as formações continuadas para os profissionais, estrutura adequada de material de formação, escola com estrutura própria, aparelhada tecnologicamente, ou seja, equipada para oferecer um ensino realmente de qualidade. Todas as exigências tanto de uma escola, seja ela municipal, estadual ou federal, são atendidas pelas federais, por terem mais visibilidade social. As escolas municipais e estaduais como não apresentam condições financeiras para manterem um padrão de qualidade, ficam sempre com as migalhas que o governo federal pode oferecer.

A sociedade escolar pode promover uma mudança nesse cenário: dedicando uma melhor educação voltada para a consciência cidadã desde a infância. Assim, os jovens teriam uma outra visão de escola, e possivelmente, mudariam a postura perante o estudo e o ensino. O ensino que desperte uma visão crítica da sociedade não depende exclusivamente de recurso financeiro. Depende de profissionais qualificados, que também tiveram uma boa base de formação.

Enquanto no século XIX, o ensino preparava para repetir, obedecer sem criticar ou questionar a sociedade, tendo poucas escolas que favoreciam questionamentos, o século XXI não mudou muita coisa. Por mais que se pretenda um ensino inovador, as práticas educacionais não mudaram. E o jovem continua sem base de letramento, analfabetos funcionais, com baixo nível de escolaridade. Não se pode haver progresso, não se pode querer um ensino progressista técnico, sem antes sanar os problemas educacionais históricos. Principalmente com a falta de investimento financeiro por parte do governo, falta de formação dos professores, escolha coerente

de gestores escolares, e de uma equipe técnica capacitada, que entenda educação como uma possibilidade de crescimento de uma sociedade.

A educação técnica profissionalizante necessita de outras formações, de outras bases de conhecimento. Somente a educação técnica, cria pessoas bem treinadas, dominadas, que aumentam a produtividade que geram riquezas para outros, mas continuam na pobreza, empregados. A educação precisa estar integrada com a cultura, e favorecer a busca pela autonomia, pela independência financeira. Somente assim, uma educação completa, libertadora, que se terá uma sociedade igualitária, com cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O MedioTec está inserido em um momento histórico em que o país busca referência na qualidade da educação e no avanço da economia através de formação técnica. Objetivo esse que será alcançado mediante uma política e um investimento econômico que possibilite um amplo e sólido acesso à formação profissionalizante de qualidade.

É importante salientar a ampliação e a melhoria da seleção dos profissionais contratados para a educação técnico-profissionalizante, suas qualificação e formação continuadas, investimento maior e continuado na rede estadual de educação profissional, com cursos técnicos de relevância social, que atendam aos interesses dos jovens e da sociedade.

Criar parcerias e promover investimento continuado com o sistema S, direcionando os recursos para formação gratuita de qualidade, principalmente para as classes menos favorecidas, é uma alternativa para atender aos principais objetivos do programa.

O investimento em parcerias com o sistema S promoverá uma mudança na qualidade da educação, além de uma ampliação no número de pessoas escolarizadas e capacitadas profissionalmente, atendendo a uma necessidade de mercado.

As escolas do ensino médio enfrentam os desafios do MedioTec, de profissionalizar o máximo possível jovens para atenderem ao mercado de trabalho, melhorar a qualidade do ensino público, impedir evasões escolares, manter ao máximo os estudantes na escola, concluindo o ensino médio.

Na prática, não foram esses os resultados alcançados. A proposta de inovar, avançar a educação, qualificar através da profissionalização, não foi um caminho seguro para concretizar essa meta do ensino médio, principalmente no Centro Educacional Renato Pereira Viana na cidade de Lençóis, Bahia, que apresentou um resultado contrário aos objetivos iniciais, e insatisfatórios na conclusão dos cursos técnicos oferecidos, à medida que houve muita evasão, má formação técnica e não ocupação dos formados no mercado de trabalho.

Muitos programas de governo são apresentados para formação profissional de jovens, a exemplo do Pronatec, Proerd, MedioTec, exclusivo, mas nenhum atendeu às reais necessidade da escola.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

Após desenvolvimento desta pesquisa, ficou evidente que a formação profissionalizante é importante no atual cenário social e educacional, e é do interesse dos jovens, principalmente dos estudantes.

Com base no desenvolvimento desta pesquisa, é possível trazer recomendações que poderão ajudar o Centro Educacional Renato Pereira Viana a aprimorar a qualidade das formações técnico-profissionalizantes ofertadas.

Diante do exposto, a primeira sugestão para a instituição, é ofertar cursos de relevância para os estudantes, e não somente para atender ao mercado interno. Aproveitar as disciplinas básicas do curso regular, destinando mais tempo para as aulas práticas ou para o estágio.

Ao final de cada disciplina, o professor deverá entregar um relatório ao Coordenador, sobre sua atuação e resultados obtidos por cada estudante, considerando que deve haver avaliação quantitativa e qualitativa deles, exigência do MedioTec. Isso ajudará os futuros pesquisadores e a própria escola, para avaliar e melhorar os pontos críticos dos cursos.

Promover sempre uma reflexão e avaliação com todos os envolvidos no processo: equipe gestora, Coordenador, estudantes, professores.

Só iniciar um novo curso mediante avaliação dos prós e contra. Não selecionar os estudantes. Os cursos devem ser ofertados e os estudantes ficarem livres para se inscrever. Isso demonstrará mais clareza e democracia na formação de turmas.

Recomenda-se ainda que o Governo faça parcerias com outras instituições, para melhor atender aos anseios da escola. Os cursos seriam desenvolvidos e aplicados em um ambiente fora da escola, porém, mantendo todo o vínculo com a gestão e demais professores. Toda a parte didática, aplicação dos conteúdos, deve ser e parceria com a escola.

Outra recomendação, caso considere manter os cursos na escola, é ofertar de forma independente cada formação, e o estudante deve ficar livre para optar por aquela que melhor atenda às suas necessidades.

Para demonstrar uma mudança de postura quanto ao papel que o estudante deve assumir após a formação, todo e qualquer curso deve ser ensinado educação financeira. Isso auxiliará na perspectiva de um novo investimento.

REFERÊNCIAS

Referências

Bispo, Fabiana Carvalho da Silva. Formação Profissional e cidadania: A contribuição do PRONATEC. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Tema 2015. Otimização de Recursos e Desenvolvimento. 28, 29, 30 de outubro.

Condemarín, Mabel; Medina, Alejandra. Avaliação autêntica: um meio para melhorar as competências em linguagem e comunicação. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005. 200 p.

Fonseca, Paulo Roberto; Campelo Fonseca e, 1986 — A Nova Educação Profissional para o Trabalho no Brasil do Século XXI / Paulo Roberto Campelo Fonseca e Fonseca. 1ª ed. / Salvador: Asê Editorial, 2017. 124 p.; 14 x 21cm ISBN: 978-85-92861-50-6 1. Economia 2. Educação Profissional 3. Gestão de Pessoas I. Título.

Hernández Sampieri, Roberto. Metodologia de pesquisa [recurso eletrônico]. Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernández Colado, Maria del Pilar Baptista Lucio: tradução Daisy Vaz de Moraes: revisão técnica: Ana Gracinda Queduz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio.- 5.e Dados eletrônicos- Porto Alegre: Penso, 2013.d.

Kuenzer, Acácia Zendeida. Educação e trabalho no Brasil: o Estado da questão. 2. impressão.— Brasília : INEP ; Santiago REDUC, 1991.

Mészáros, Istvan. A educação para além do capital; tradução Isa Tavares. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. – (Mundo do Trabalho), 1930. Educação – Aspectos econômicos. 2. Capitalismo. 3 Democracia. 4 Educação e Estado. I. Título. II. Série.

Nunes, Clarice. Anísio Teixeira / Clarice Nunes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores) Inclui bibliografia.

Perrenoud, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Saviani, Nereide. Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/ método no processo pedagógico. 5 ed. 1. Reimpressão – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea).

Souza, Clarilza Prado de. Avaliação do Rendimento escolar (Org). Campinas, SP: Papyrus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Stefanini, Déborah Maria. As relações entre educação e trabalho nas trajetórias de alunos de uma escola técnica: uma análise a partir de Bourdieu. São Carlos:UFSCar, 2008.184 f.

Viamonte, Perola Fátima Valente Simpson. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. Educação em Perspectiva. Jan/jun.2011.

Vieira, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A educação profissional no Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Publicado 2017-01-17. Edição vol. 12 n.º 40 (2016): Políticas Educacionais e Gestão da Escola. Secção Artigos. <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>

Xavier, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luiza Santos; NORONHA, Olinda Maria. História da educação: a escola no Brasil. – São Paulo: FTD, 1994.

Sites:

<http://portal.mec.gov.br/mediotec>. Acesso: 06 de fevereiro de 2019.

<http://portl.mec.gov.br/component/content/article?id=44911:encontro-em-brasilia-discute-ampliacao-do-ensino-tecnico>. Acesso: 10 de maio de 2020.

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/MANUAL_SISTEC.pdf **acesso: 09 de julho de 2020. 23:00h**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso e, 09 de julho de 2020.

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2017/abril/governo-federal-avanca-em-programas-prioritarios-na-area-social>. Acesso 03 de agosto de 2020. 21 46h.

<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/noticias/midias/pronatec-tera-8-milhoes-de-matriculas-ate-o-fim-do-ano-afirma-dilma>. Acesso em 03 de agosto de 2020. 21:43h.

(http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. acesso em 16 de setembro de 2020. 17:36h)

<http://portal.mec.gov.br/mediotec>. Acesso: 06 de fevereiro de 2019.

<http://portl.mec.gov.br/component/content/article?id=44911:encontro-em-brasilia-discute-ampliacao-do-ensino-tecnico>. Acesso: 10 de maio de 2020.

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/MANUAL_SISTEC.pdf **acesso: 09 de julho de 2020. 23:00h**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso e, 09 de julho de 2020.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. acesso em 16 de setembro de 2020. 17:36h).

<https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/encceja>. Acesso: 06 de outubro de 2020. 15:01h

Livro sobre Karl Marx. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-e-processo-de-trabalho/a-dialetica-do-trabalho-escritos-de-marx-e-engels/view>. Acesso: 16 de agosto de 2020. 18:52h.

Plano territorial de desenvolvimento sustentável do território Chapada Diamantina. Cooperativa de profissionais em assessoria e consultoria técnica-ascontec. Seabra-Bahia. 2ª edição-dezembro de 2010.

Artigo. Downloads/6469-Texto%20do%20artigo-27866-1-10-20120322.pdf. Acesso em 09/08/2020. 15:45H.

Revista:

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

A AUTORA

CLÉSIA SILVA DIAMANTINO

Possui graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia (2010), especialização em História das Culturas Afro-Brasileiras pela Faculdade de Tecnologias e Ciências (2014), especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Cândido Mendes (2016), mestrado em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais pelo Instituto de Educação Superior Kyre'ÿ Sãso.



ISBN 978-658452523-8



9

786584

525238